

POLÍTICAS DE JUVENTUDE: CONTEXTOS E INTERVENÇÕES

Ana Sofia Moreira Ferreira da Rocha

**Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos
requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Estudos
Europeus, realizado sob orientação científica da Professora
Teresa Ferreira Rodrigues**

SETEMBRO, 2010



DECLARAÇÃO

Declaro que este relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, de de

Declaro que este relatório se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

As orientadoras,

Lisboa, de de

Lisboa, de de

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos meses em que estive envolvida no estágio do Curso Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais e na respectiva preparação e redacção deste documento, tive a oportunidade de contar com o apoio de diversas pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização do presente relatório de estágio.

Em primeiro lugar, desejo agradecer a todos aqueles, que com o seu saber, a sua colaboração e o seu apoio crítico, dispuseram do seu tempo para debater comigo orientações sobre matérias como Política de Juventude Nacional e Europeia no contexto do Instituto Português da Juventude (IPJ, I.P.).

Um especial agradecimento ao director do Departamento de Informação Comunicação e Relações Internacionais, o Dr. Jorge Orlando Queirós pelo precioso apoio e atenção indispensáveis à concretização deste projecto.

Estou especialmente grata às minhas orientadoras, Dr.^a Margarida Branquinho (técnica superior do IPJ, I.P.) e Professora Teresa Ferreira Rodrigues, pela valiosa orientação essencial à realização deste relatório.

Por último, não posso deixar de manifestar o meu apreço pelo constante apoio da minha família, em particular da minha mãe Ana Paula Rocha.

RESUMO

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

“POLÍTICAS DE JUVENTUDE: CONTEXTOS E INTERVENÇÕES”

O presente relatório de estágio enquadra-se no método de avaliação final do Curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, vertente Estudos Europeus, leccionado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O estágio decorreu no Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais do Instituto Português da Juventude em Lisboa e teve a duração de oito meses.

Com o relatório de estágio “Políticas de Juventude: Contextos e Intervenções”, a estagiária pretende enunciar as actividades desenvolvidas durante o período laboral, bem como, reunir uma síntese do que são e têm vindo a ser as políticas de juventude da União Europeia e de Portugal.

O presente relatório não pretende fazer uma apresentação exaustiva de todas as medidas resultantes das políticas de juventude definidas, mas sim uma apresentação genérica das medidas mais importantes e representativas, de modo a dar uma imagem global dos elementos que constituem as ditas políticas juvenis, num formato que proporcione uma leitura agradável.

Ana Sofia Rocha

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Português da Juventude;
Relações Internacionais;
Políticas de Juventude;
União Europeia;
Portugal;

ABSTRACT

INTERNSHIP REPORT

“YOUTH POLICIES: BACKGROUND AND INTERVENTIONS”

The present internship report is part of the final evaluation process of a Master's Degree in Political Science and International Relations – European Studies specialization at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of Universidade Nova de Lisboa.

The internship took place at the Information, Communication and International Relations Department of the Portuguese Youth Institute (IPJ) in Lisbon, throughout the last eight months.

With this internship report entitled “Youth Policies: Background and Interventions”, the trainee intends to describe the activities developed during working hours, but also to make a brief sum about what were and what are currently the youth policies in the European Union and Portugal.

It is not the purpose of this report to be an exhaustive presentation of all the actions resulting from the settled youth policies; instead it gathers a generic presentation of the more important and representative ones, portraying a global image of the elements that constitute the above-mentioned policies in a format that provides a pleasant reading.

Ana Sofia Rocha

KEYWORDS: Portuguese Youth Institute;
International Relations;
Youth Policies;
European Union;
Portugal;

ÍNDICE

Introdução	1
Metodologia	3
Capítulo I: Apresentação da Instituição de Acolhimento.....	4
I. 1. Instituto Português da Juventude	4
I. 2. Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais	9
Capítulo II: Política de Juventude	14
II. 1. Expressão política do conceito Juventude	14
Capítulo III: Acervo de referências sobre Política de Juventude da União Europeia e Nacional	17
Directivas	17
Objectivos	17
III. 1. Política de Juventude da União Europeia	18
III. 1.1. Desenvolvimento Jurídico da Política de Juventude da União Europeia.	18
III. 1.2. Evolução da Política de Juventude da União Europeia.....	22
III. 2. Apoio Internacional à Cooperação Europeia no domínio da Juventude.	27
III. 3. Política de Juventude Nacional.	29
III. 3.1. Evolução estrutural da Política Nacional de Juventude.	29
III. 3.2. Problemas e Aspirações da Política Nacional de Juventude.....	34
III. 3.3. Os Jovens Portugueses e a União Europeia.....	36
Capítulo IV: Actividades Secundárias	48
IV.1. Descrição das Actividades Secundárias	48
Recomendações	50
Condicionantes Favoráveis e Desfavoráveis	51
Conclusão.....	52
Bibliografia	54

Fontes	56
Lista de Quadros	61
Lista de Figuras	61
Lista de Gráficos	61

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio reporta-se à descrição das diversas etapas do estágio curricular realizado no Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais (DICRI) do Instituto Português da Juventude (IPJ, I.P.).

Este relatório de estágio conducente ao grau de Mestre enquadra-se no segundo ano do curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na variante de especialização Estudos Europeus, ministrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa.

O referido estágio teve a duração total de 800 horas, realizadas entre 19 de Outubro de 2009 e 7 de Maio de 2010, respeitando o período de funcionamento laboral da entidade de acolhimento das 09.00 horas às 17.00 horas.

A orientação pedagógica da Professora Teresa Ferreira Rodrigues, docente da FCSH, combinada com a orientação profissional por parte da Dr.^a Margarida Branquinho, técnica superior do IPJ, I.P. tornou possível a elaboração do relatório em questão.

O estágio curricular constitui uma experiência profissionalizante que conjuga os ensinamentos teóricos apreendidos nas salas de aula com a sua aplicação prática. Tal experiência proporciona aos discentes/estagiários a oportunidade de reflectir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos segundo uma orientação laboral, com vista à integração profissional.

A realização de um estágio curricular permite, assim, a aquisição de uma qualificação educacional complementar que visa facilitar a integração dos discentes/estagiários no mercado de trabalho.

O estágio curricular decorrido nas instalações do IPJ, I.P. apresenta-se, deste modo, factor motivador do processo de aprendizagem, cumprindo os requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

A decisão por parte da discente/estagiária em realizar o estágio curricular no Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais do Instituto Português da Juventude incidiu essencialmente em dois motivos.

Por um lado, o interesse particular da estagiária na Política de Juventude coadjuvado pela sua anterior experiência profissional nessa mesma área, determinou a escolha do Instituto Português da Juventude como local ideal para a prossecução dos estudos nesta área.

O IPJ, I.P. enquanto entidade de administração pública com autonomia administrativa tutelada pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD), permite o contacto com uma realidade particular no que se refere à escala da produção legislativa juvenil nacional.

Por outro lado, a estagiária pôde desempenhar funções de carácter profissional relevantes para o Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais do IPJ, I.P. aplicando conhecimentos teóricos adquiridos na parte curricular da especialização Estudos Europeus do seu curso de Mestrado.

A realização deste relatório tem como propósito descrever de forma objectiva as actividades desenvolvidas durante o estágio.

Num primeiro momento será consolidada uma breve apresentação do Instituto Português da Juventude, e nomeadamente do Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais, caracterizando a sua natureza, competências e atribuições.

Num segundo momento será analisado o objectivo fulcral do estágio que consistiu no processo de compilação de um acervo de referências sobre Política de Juventude da União Europeia, Apoio Internacional à Cooperação Europeia no domínio da Juventude e Política de Juventude Nacional.

Num terceiro momento, enunciar-se-ão as actividades secundárias realizadas durante o período de estágio.

De acordo com uma perspectiva de análise integral do presente relatório de estágio, efectuar-se-á a enumeração dos principais constrangimentos, tanto adjuvantes quanto oponentes, à boa prossecução dos objectivos propostos a desenvolver.

A título de conclusão, será evidenciado o potencial dos resultados obtidos para a instituição onde decorreu o estágio.

METODOLOGIA

O presente relatório de estágio será desenvolvido segundo a metodologia de análise de discurso, fundamentada pela aplicação da teoria do discurso ao estudo de fenómenos políticos.

Efectuar-se-á, deste modo, uma teorização não exaustiva sobre a política de juventude no contexto europeu e nacional, focando determinados aspectos de carácter relevante.

Em função das exigências do tema e dos objectivos do presente relatório, consultou-se uma bibliografia especializada, assente sobretudo em documentos oficiais da União Europeia, artigos académicos e compilações de dados estatísticos.

Efectivamente, a dissertação sobre este tema só é possível, tendo por base determinados materiais escritos. Assim, constam fontes escritas primárias (discursos políticos e registos públicos), fontes escritas secundárias (relatórios de actividade, propostas e comunicações comunitárias) e certas obras literárias especializadas na temática em estudo.

A observação documental é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas. Contudo, os documentos que podem servir de apoio para o entendimento dos factos são de diversos tipos e provêm de várias fontes.

No contexto do presente relatório, será adoptada a concepção de fonte documental directa, uma vez que se pretende estabelecer uma relação objectiva entre a temática em estudo e os instrumentos que condicionam a sua resposta política por parte das instituições europeias, bem como, do governo nacional.

CAPÍTULO I – Apresentação da Instituição de Acolhimento

Sumário: Caracterização da natureza, competências e atribuições do Instituto Português da Juventude.

I.1 - Instituto Português da Juventude (IPJ, I.P.)

O Instituto Português da Juventude (IPJ, I.P.) é um organismo da Administração Pública, dotado de autonomia administrativa e património próprio, sob tutela da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (SEJD).

Numa linha cronológica, o Instituto Português da Juventude, sucede ao Instituto da Juventude, fruto da fusão que teve lugar no ano 1988, entre o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e da Direcção-Geral da Juventude (DGJ).

Implementado em 1993, o Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro¹, estabeleceu a criação, estruturação e funcionamento do IPJ. Este viria a ser revogado, anos mais tarde, pelo art. 26º do Decreto-Lei n.º 70/96, de 4 de Junho.² Em 2007, surge a nova Lei Orgânica do Instituto Português da Juventude, I.P.³ que consta no Decreto-Lei n.º 168/2007 de 3 de Maio⁴, revogando o último decreto outrora em vigor.

Segundo o n.º 1. do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 168/2007, de 3 de Maio, o IPJ, I.P. tem por missão “apoiar a definição, execução e avaliação da política pública governamental da juventude, procedendo à sua concretização e promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social.”

¹ Decreto-Lei n.º 333/93, 29.09.1993 – Instituto Português da Juventude.
[Consultado em: 14.12.09] Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/1993/09/229A00.PDF>

² Decreto-Lei n.º 70/96, 04.06.1996 – Instituto Português da Juventude
[Consultado em: 14.12.09] Disponível em:
www.juventude.gov.pt/NR/rdonlyres/.../DecretoLein7096de4deJunho4.rtf

³ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo III – Legislação do Instituto português da Juventude – Lei Orgânica do Instituto Português da Juventude (p. 158)

⁴ Decreto-Lei n.º 168/2007, 03.05.2007 – Instituto Português da Juventude
[Consultado em: 14.12.09] Disponível em:
<http://juventude.gov.pt/NR/rdonlyres/9136BF94-BA18-4F2C-B6C7-5EB6293664B2/1254/LeiorgânicaIPJ.pdf>

De acordo com o n.º 2. do mesmo artigo destacam-se as seguintes atribuições do IPJ,
I.P.:

- a) Apoiar a definição da política pública para a juventude, designadamente, através da adopção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em actividades sociais, culturais, educativas, formativas, científicas, cívicas e económicas;
- b) Acompanhar a execução das políticas públicas com incidência na juventude, nomeadamente, nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior;
- c) Apoiar as associações de jovens, os grupos informais de jovens, entidades equiparadas, associações juvenis e outras organizações sem fins lucrativos que prossigam fins e actividades a favor da juventude, nos termos da lei, mantendo actualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ);
- d) Comparticipar financeiramente nos programas de apoio desenvolvidos no âmbito da Lei do Associativismo Jovem;
- e) Conceber, criar e implementar programas destinados a responder às necessidades e especificidades dos jovens, nomeadamente, nas áreas de ocupação de tempos livres, do voluntariado, do associativismo, da educação não formal e formação;
- f) Criar mecanismos de estímulo e apoio à capacidade de iniciativa e ao espírito empreendedor dos jovens;
- g) Criar mecanismos de apoio ao bem-estar integral dos jovens através de acções de sensibilização e aconselhamento, nomeadamente nas áreas de saúde, condutas de risco, actividade física, desporto e ambiente;
- h) Promover, criar e desenvolver programas de mobilidade para os jovens, nomeadamente através da promoção da criação de infra-estruturas de alojamento para o efeito;
- i) Promover, criar e desenvolver mecanismos de intercâmbio para jovens, incentivando a sua participação em organismos comunitários e internacionais e em projectos de cooperação e desenvolvimento social e económico;
- j) Manter actualizado um registo dos objectores de consciência ao serviço militar;

- l) Organizar, quando necessário, o serviço cívico dos objectores de consciência ao serviço militar, elaborando e mantendo um ficheiro dos organismos disponíveis para receber prestadores do serviço físico, seleccionando e classificando os objectores com vista à posterior colocação, promovendo a colocação, acompanhamento e formação dos objectores de consciência e assegurando os procedimentos necessários em caso de recusa ou abandono da prestação de serviço cívico;
- m) Informar acerca do estatuto de objector de consciência ao serviço militar e dos direitos e deveres deles decorrentes;
- n) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação aos jovens.
- o) Promover a elaboração de estudos, sectoriais e intersectoriais, sobre quaisquer matérias relacionadas com a juventude;
- p) Promover a participação dos jovens em actividades desenvolvidas no quadro internacional, nomeadamente em espaço europeu e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
- q) Promover o estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas de âmbito regional, nacional ou internacional com vista à prossecução das políticas de juventude;
- r) Promover a aplicação e fiscalizar, directamente ou através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições;
- s) Promover e apoiar, em colaboração com instituições, públicas ou privadas, a realização de estudos e trabalhos de investigação, de natureza transversal na área da juventude.

Para além do exposto, consta no n.º 3. do Decreto-Lei n.º 168/2007 a referência à possibilidade do IPJ I.P. poder estabelecer relações de cooperação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nomeadamente no quadro da União Europeia, desde que isso não implique delegação ou partilha das suas atribuições e competências.

Actualmente, o IPJ, I.P. é chefiado por um Presidente coadjuvado por dois Vice-Presidentes nomeados por despacho do membro do Governo que tutela a área da juventude. A par da presidência, é ainda órgão do IPJ, I.P. o Conselho Consultivo do IPJ que apoia e participa na definição das linhas gerais de actuação do Instituto e nas decisões do Presidente. Junto da entidade responsável pela implementação das políticas do governo na área de juventude, funciona a Comissão Nacional de Objecção de Consciência, regulada nos termos da Lei n.º 7/92, de 12 de Maio⁵, e o Conselho Consultivo da Juventude (SEJD), regulado nos termos do Decreto-Lei n.º 5-A/96, de 29 de Janeiro.

Na sequência da publicação da lei orgânica do IPJ, I.P. surge a definição da estrutura nuclear dos serviços, com a publicação da Portaria n.º 662-J/2007,⁶ que determina a organização interna e enuncia as competências das unidades orgânicas nucleares e flexíveis. Em conformidade com o estipulado, o IPJ, I.P. apresenta-se estruturado em serviços centrais e serviços descentralizados, cuja organização interna contempla unidades orgânicas do 1.º grau, designadas por Departamentos e Direcções Regionais, chefiados por Directores, que se subordinam hierárquica e funcionalmente ao Presidente. Segundo o artigo 1.º da Portaria n.º 662-J/2007 são consideradas unidades orgânicas de primeiro grau:

- O Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais (DICRI);
- O Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais (DRHFP);
- O Departamento de Associativismo (DA);
- O Departamento de Programas (DP).

Porém, tendo em vista a criação das condições necessárias à implementação de uma estrutura flexível, otimizar os recursos e operacionalizar os serviços, por decisão da Presidente, foram criadas unidades orgânicas de 2.º grau, designadas por gabinetes ou núcleos dirigidos por Chefes de Divisão. Deste modo, na sequência do estabelecido foram já criados o Gabinete de Apoio aos Objectores de Consciência, integrado no DRHFP e o Gabinete Jurídico, que funciona na dependência directa do Presidente.

⁵ Lei n.º 7/92, 12.05.1992 – Lei sobre Objecção de Consciência
[Consultado em: 15.12.09] Disponível em:
http://www.juventude.gov.pt/MigratedResources/461000/461080_Lei793.pdf

⁶ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo III – Legislação do Instituto português da Juventude – Estatutos do Instituto Português (p.162)

IPJ, I.P. tem jurisdição sobre o território continental, com sede em Lisboa. A nível regional funcionam serviços descentralizados, designados por Direcções Regionais que se apresentam com a seguinte distribuição nacional⁷:

- Direcção Regional do Norte com sede no Porto;
- Direcção Regional do Centro com sede em Castelo Branco;
- Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo com sede em Setúbal;
- Direcção Regional do Alentejo com sede em Évora;
- Direcção Regional do Algarve com sede em Faro.

As Direcções Regionais asseguram o cumprimento de serviços técnicos e administrativos nos 18 Distritos do País e acompanham as actividades desenvolvidas e apoiadas pelo IPJ, I.P. a nível regional, de acordo com o respectivo plano de actividades e em colaboração com a rede. Junto de cada Direcção Regional funciona o Conselho Consultivo Regional (CCR), estrutura representativa da realidade associativa juvenil da região. O IPJ, I.P. assegura ainda, pontos de atendimento aos jovens, directamente ou mediante protocolos celebrados com parceiros locais, tais como autarquias e associações de estudantes.

É precisamente neste contexto que surgem as Lojas Ponto JA. Criadas pelo Instituto Português da Juventude, as Lojas Ponto JA, destinadas aos jovens, são espaços públicos que visam assegurar uma maior igualdade de oportunidades de acesso a toda a informação, funcionando numa lógica Multicanal assente na oferta de valências, tais como o Portal da Juventude e um Centro de Contacto. Já foram implementadas 19 Lojas Ponto JA, sedeadas na sede do Instituto Português da Juventude e em cada uma das capitais de distritos, geridas directamente pelo IPJ.

Para além destas, a rede comporta ainda duas lojas Ponto JA em Associações de Estudantes (Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa) e em 29 autarquias.

Em suma, o Instituto Português da Juventude cria as circunstâncias, bem como concede os meios que visam a contribuição da intervenção social e cultural da juventude portuguesa a nível nacional e internacional.

⁷ A distribuição das Direcções Regionais coincide com as NUTS II (Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal)

I.2 - Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais

O Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais (DICRI), enquanto unidade orgânica de primeiro grau, assegura a comunicação interna e externa do IPJ, I.P. Mais concretamente, o DICRI responsabiliza-se por toda a informação externa multicanal, presencial, telefónica e electrónica de toda a rede, pelo que tem de assegurar o fluxo informacional interno de conteúdos para que estes estejam em tempo útil no front-office.

Segundo o artigo 3.º da Portaria n.º 662-J/2007 de 31 de Maio compete ao DICRI:

- a) Assegurar um serviço de informação directa aos cidadãos quanto à actividade desenvolvida pelo IPJ,I.P.;
- b) Executar e acompanhar a política de informação aos jovens, privilegiando a utilização da rede de Lojas Ponto JA, do Portal da Juventude e das linhas de apoio;
- c) Incentivar a participação dos jovens nos processos informativos, no respeito pelos princípios da Carta Europeia de Informação aos Jovens;
- d) Coordenar, em colaboração com os demais serviços, toda a actividade informativa do IPJ.I.P.;
- e) Promover a evolução tecnológica dos sistemas de informação e de comunicação do IPJ, I.P, quer ao nível das infra-estruturas tecnológicas quer ao nível das aplicações informáticas;
- f) Organizar um sistema de monitorização, recolha e sistematização de dados sobre a juventude;
- g) Elaborar e/ou promover a elaboração e difusão de estudos que permitam manter actualizado o conhecimento sobre as áreas de intervenção do IPJ,I.P., bem como dos programas por ele coordenadas;
- h) Proceder ao controlo e avaliação dos apoios atribuídos no âmbito das competências conferidas;
- i) Acompanhar a execução da política internacional na área da juventude em articulação com outros departamentos da Administração Pública;
- j) Emitir parecer, quando solicitado, sobre instrumentos de cooperação internacionais no domínio da juventude;

- l) Promover e acompanhar a representação externa portuguesa na área de juventude, nomeadamente por parte das associações juvenis e respectivas estruturas de coordenação, bem como de jovens não associados, no quadro das prioridades definidas pelo Governo para a área de Juventude;
- m) Apoiar a cooperação externa na área da juventude, em especial com os Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e no espaço europeu;
- n) Promover o dia Internacional da Juventude;
- o) Assegurar a presença do IPJ.I.P., em feiras, exposições, festivais e outros eventos considerados de interesse para os jovens;
- p) Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas pelo Presidente.

O Instituto Português da Juventude mantém relações de âmbito internacional com diversas organizações e entidades internacionais. Assim, o IPJ, I.P. intervêm em diferentes espaços, designadamente no Conselho da Europa, na União Europeia, na Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Neste mesmo quadro destacam-se as seguintes competências:

Conselho da Europa

A Participação da Juventude, através do IPJ, I.P., faz-se nas Reuniões do Comité Director Europeu para a Juventude (CDEJ)⁸, do Conselho Consultivo para a Juventude (CCJ)⁹ e do Conselho Misto para a Juventude (CMEJ)¹⁰.

União Europeia

A participação Juventude, através do IPJ, I.P., materializa-se em Reuniões de Grupos de Trabalho do Conselho Educação, Cultura e Juventude (uma das nove configurações deste Conselho) e designadamente nas reuniões de Directores Gerais.

⁸ O Comité Director Europeu para a Juventude reúne os representantes dos ministérios ou departamentos responsáveis pela juventude nos 50 Estados-Membros da Convenção Cultural Europeia. O CDEJ favorece a cooperação intergovernamental no sector da juventude, com base num fórum comparativo de políticas nacionais; prepara as Conferências dos Ministros Europeus responsáveis pela pasta de Juventude, bem como redige os instrumentos jurídicos que regulamentam a aplicação de políticas de juventude nos Estados-Membros.

⁹ O Conselho Consultivo para a Juventude reúne representantes de organizações e de redes de juventude não governamentais. Fornece os pareceres e os contributos das ONG de juventude relativos a todas as actividades do sector juventude, e assegura a participação dos jovens em diversas actividades do Conselho da Europa.

¹⁰ O Conselho Misto para a Juventude é um órgão de co-decisão que reúne todos os membros do CDEJ e o CCJ. O CMJ propõe os objectivos prioritários e dotações orçamentais do sector da juventude e prepara, ainda, a reunião de ministros responsáveis pela Juventude.

Organização Ibero-Americana de Juventude ¹¹

Este organismo intergovernamental criado em acto constitutivo a 1 de Agosto de 1996, com sede em Madrid, visa promover o diálogo, a concertação e a cooperação em matéria de juventude entre os países ibero-americanos.

A adesão de Portugal a esta Organização ocorreu em 1998.

A Participação do IPJ, I.P., essencialmente assegurada por elementos da presidência, materializa-se em seminários, fóruns, conferências e reuniões temáticas.

Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹² foi criada em 30 de Junho de 2007, em Cabo Verde, com a assinatura do Acordo de Cooperação no Domínio da Juventude e do Desporto entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A 24 de Julho de 2008, aquando da primeira reunião da organização no Rio de Janeiro, aderiu Timor-Leste.

Os países, que já mantinham relações nos planos da Juventude e do Desporto através de organizações multilaterais separadas, verificaram que, na maioria dos países, as duas áreas estavam sob a mesma tutela ministerial e reconheceram a necessidade de as reforçar, através de estímulos adicionais, que pudessem contribuir para a promoção e o impulsionamento de acções de interesse comum.

A Conferência de Ministros reúne anualmente, por ocasião dos dois grandes eventos desde logo consagrados no Acordo de Cooperação: os Jogos Desportivos da CPLP e a Mostra de Jovens Criadores da CPLP.

¹¹ Acta de fundação da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ). Disponível em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OIJ/Acta_Estatutos-org_ibero-ame-juventude.htm#acta

¹² A CPLP foi criada em 17 de Julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. De acordo com Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca “A CPLP é um instrumento de ligação e coesão dos seus países que, sem contiguidade geográfica, comungam, para além de um passado histórico comum e afinidade cultural centrada na língua portuguesa, de uma visão dum mundo pluralista e pugnam por um projecto de maior equilíbrio no cenário internacional, no anseio pelo desenvolvimento e pela erradicação da pobreza”. Informação disponível em: <http://www.cplp.org/id-43.aspx>

A Conferência de Ministros Responsáveis pelas áreas da Juventude e do Desporto da CPLP é um órgão intergovernamental de foro multilateral vocacionado para a cooperação nas áreas da Juventude e do Desporto, que tem por objectivos gerais:

- a) Dinamizar e aprofundar a cooperação;
- b) Implementar projectos multilaterais, criando condições de realização regular de eventos e manifestações no espaço da CPLP;
- c) Concertar sobre as políticas e as opções de intervenção, de forma a dar expressão crescente às necessidades e objectivos comuns da CPLP no espaço internacional;
- d) Contribuir para o desenvolvimento económico e social dos Estados membros, através da promoção de eventos e actividades comuns;
- e) Valorizar os recursos humanos dos Estados membros, através do desenvolvimento de políticas de formação de quadros.

A Conferência de Ministros é constituída por um Secretariado Executivo, actualmente atribuído a Portugal, do qual Secretário-Geral é o Presidente do Instituto do Desporto de Portugal (IDP, I.P.), sendo Secretário-Geral Adjunto o Presidente do Instituto Português da Juventude (IPJ, I.P.).

Mecanismos de Acção Externa do Estado Português

No âmbito dos mecanismos de coordenação de acção externa do Estado Português o IPJ, I.P./DICRI é chamado a intervir na concretização/acompanhamento de Protocolos de Cooperação Bilateral, bem como nas Subcomissões e Comissões Mistas, coordenadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e Instituto Camões (ICA).

Quadro 1 – Países sobre cujos Acordos de Cooperação Cultural o IPJ teve de se pronunciar

África do Sul	Chipre	Federação Russa	Jamaica	Moldávia	Senegal
Alemanha	Colômbia	Geórgia	Jordânia	Mongólia	Sérvia
Arábia Saudita	Coreia do Sul	Hungria	Kuwait	Montenegro	Sri Lanka
Argélia	Croácia	Índia	Líbia	Nigéria	Tailândia
Austrália	Cuba	Indonésia	Lituânia	Palestina	Tunísia
Áustria	Egipto	Irão	Luxemburgo	Paraguai	Turquia
Bahrein	Emir. A. Unidos	Iraque	Macau	Polónia	Ucrânia
Brasil	Eslováquia	Irlanda	Macedónia	Qatar	Uruguai
Canadá	Eslovénia	Israel	Marrocos	Rep. Checa	Venezuela
China	Etiópia	Itália	México	Roménia	Vietname

Fonte: Departamento Informação, Comunicação e Relações Internacionais do IPJ, .I.P

A maioria do articulado presente nos Protocolos de Cooperação Cultural visa, de uma forma geral, promover uma troca de informação e documentação entre as organizações juvenis das respectivas Partes, a fim de aprofundar o conhecimento da realidade juvenil.

Resumindo, o Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais constitui-se como estrutura de coordenação, acompanhamento e apoio operacional ao desenvolvimento de iniciativas de internacionalização, inseridas no âmbito da temática juvenil.

CAPÍTULO II – Política de Juventude

Sumário: Retrato sintético das principais linhas orientadoras de uma Política de Juventude.

II.1 – Expressão Política do conceito Juventude

“A juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de género e, até mesmo, geográficas, entre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem.”

Juarez Tarcisio Dayrel, 2007¹³

Em pleno século XIX a Juventude, enquanto conceito, permanecia incógnita na medida em que o passo da infância à idade adulta era praticamente imediato. Contudo, ao longo dos anos a Juventude foi ganhando um perfil diferenciado.

De acordo com o autor Luís António Groppo¹⁴ no decorrer das transformações sócioeconómicas e políticas, que marcaram a época industrial do século XIX, o conceito Juventude, adquiriu uma nova dimensão social que proporcionou a sua consolidação enquanto matéria de interesse do Estado.

Surge, assim, no final do século XIX, início do século XX, a aposta na potencialização das capacidades dos jovens, por parte das instituições escolares, das ciências modernas, e do mundo do trabalho industrial. Desde então, tal conceito tem sido objecto de estudo em diferentes perspectivas pedagógicas, antropológicas, psicológicas e sociais.

¹³ VIEIRA, Maria Manuel – Actores Educativos: Escola, Jovens e Media. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: 2007

¹⁴ GROPPPO, Luís António - Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. DIFEL. Rio de Janeiro: 2000

Segundo a Dr.^a Teresa Ambrósio¹⁵ “a problemática juvenil constitui, no mundo ocidental, um tema das mais variadas preocupações e interesses. São essas preocupações que estão na base de tantas acções de intervenção político-social, tomadas com vista a fazer frente a questões específicas que os jovens levantam nas sociedades actuais.”

O tratamento da problemática dos jovens no âmbito de uma Política de Juventude tem necessariamente de assumir um cariz global e integrado. A juventude, na verdadeira dimensão dos seus problemas mas também das suas potencialidades, impõe que se dê expressão, ao nível do Estado, à preocupação de criar mecanismos reguladores que estejam de acordo com as expectativas dos jovens.

De acordo com o antigo Secretário de Estado da Juventude Eng. Couto dos Santos¹⁶ no que respeita à execução da Política de Juventude há alguns pressupostos orientadores que não podem deixar de a enformar. A saber:

1. Uma Política de Juventude só pode ser bem sucedida desde que apoiada num correcto sistema de informação que possibilite aos jovens, como receptores, a sua utilização;
2. Não é possível executar uma Política de Juventude sem incluir a participação juvenil;
3. A descentralização da execução de uma Política de Juventude acarreta inúmeras vantagens;
4. Não é possível arredar da Política de Juventude as potencialidades de cooperação;
5. A flexibilidade e o pragmatismo devem naturalmente presidir à concretização de uma Política de Juventude.

Os jovens conhecem actualmente novas dificuldades de integração social que derivam sobretudo de conjunturas económicas adversas, que se reflectem maioritariamente em condicionalismos na transição da formação escolar para a vida activa.

Na prática, a crise económica determinou uma grande evolução na concepção e execução da Política de Juventude. Assim, a Política de Juventude passou a ter uma

¹⁵ AMBRÓSIO, Teresa - Resultados e avaliação crítica de um projecto – Revista Desenvolvimento, número especial “Os Jovens e Nós”. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa: Maio 1986

¹⁶ Presidência do Conselho de Ministros - Para uma Política Global e integrada de juventude: Discurso do Secretário de Estado da Juventude na Conferência de Imprensa para apresentação das Acções dessa Secretaria de Estado (20/01/1986). Gabinete Ministro-Adjunto e da Juventude. Lisboa: 1990. pp. (13-15)

intervenção intersectorial, alertando constantemente cada responsável governamental para os problemas dos jovens, os quais exigem medidas específicas.

Uma política intersectorial deve, então, desencadear acções em diversas áreas como emprego, formação profissional, habitação, saúde, direito, tempos livres, voluntariado e turismo juvenil, entre outros...

Citando uma vez mais o Eng. Couto dos Santos¹⁷ “uma correcta abordagem da Política de Juventude exige que a mesma seja analisada em três vertentes:

1. A perspectiva pragmática capaz de dar uma resposta concreta a curto prazo aos numerosos problemas que afectam os jovens no seu quotidiano, tais como emprego e formação profissional, tempos livres, desporto e habitação;
2. A perspectiva programática, de médio e longo prazo, que se refere ao sistema educativo e à formação integral do jovem, com a sua autonomia e independência económica com o estatuto jurídico, com a mobilidade e com o acesso às actividades económicas;
3. A perspectiva ideológica e cultural, que actua ao nível da alteração das mentalidades e dos comportamentos que se relacionam com cidadania e identidade, níveis de responsabilização e participação política e ainda com o acesso à cultura e com os valores sócio-culturais que devem determinar a política de modernização e desenvolvimento.”

Dada a sua dimensão, especificidade dos problemas com que se depara e características do grupo social ao qual se dirige, a Política de Juventude constitui um desafio infundável à criatividade e inovação, pois haverá sempre necessidade de se encontrar novas soluções para os novos desafios da realidade quotidiana juvenil.

¹⁷ Presidência do Conselho de Ministros - Para uma Política Global e integrada de juventude: Discurso do Ministro da Juventude no III Encontro Nacional de Juventude (08/10/1989). Gabinete Ministro-Adjunto e da Juventude. Lisboa: 1990. pp. (69-72)

CAPÍTULO III - Acervo de referências sobre Política de Juventude da União Europeia e Nacional

Sumário: Síntese da informação apurada durante o processo de compilação do acervo de referências no âmbito da Política de Juventude da União Europeia, Apoio Internacional à Cooperação Europeia no domínio da Juventude e Política de Juventude Nacional.

Directivas

O intuito inicial do presente relatório de estágio prendeu-se com a necessidade de se traçar um plano de actividades enquadrado no curso de Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais na variante de especialização Estudos Europeus.

Dada a extensão da temática passível de ser abordada de acordo com os parâmetros dos assuntos europeus, restringiu-se a pesquisa a um subtema actual e pertinente.

Por conseguinte, o objectivo fulcral do presente relatório de estágio focaliza-se no levantamento de informação estritamente relacionada com a temática da Política de Juventude da União Europeia, Apoio Internacional à Cooperação Europeia no domínio da Juventude e Política de Juventude Nacional.

Objectivos

O respectivo levantamento de informação de foro europeu e nacional estritamente relacionado com a política de Juventude possui fundamentos próprios, nomeadamente:

- Disponibilizar um acervo de referências para consulta dos funcionários dos serviços do IPJ, IP., e para seus usuários interessados nesta matéria;
- Promover elementos de informação, instrumentos de análise, incitação reflexiva e crítica susceptível de dar apoio a uma prática profissional;
- Conhecer a aplicação prática “quotidiana” de determinados temas abordados durante o percurso lectivo do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização Estudos Europeus.

III.1 – Política de Juventude da União Europeia

A União Europeia ao dedicar-se por completo aos interesses dos jovens torna-se gestora das respostas às necessidades identificadas de tal estrato etário, assim como, num “elemento de referência” para todos os governos nacionais.

III.1.1 – Desenvolvimento Jurídico da Política de Juventude da União Europeia ¹⁸

Diversas políticas reguladas pelos Tratados da União Europeia, tais como a Política de Educação, Emprego e Saúde, têm inerente a criação de condições que visam a potencialização das capacidades, desenvolvimento e bem-estar dos jovens.

Com o Tratado de Roma (1957) surge, pela primeira vez, uma breve referência às primeiras iniciativas relativas à formação profissional baseadas nos artigos 128.º e 235.º ¹⁹. Na verdade, o Tratado de Roma continha apenas algumas disposições dispersas em matéria de Política Social e de Emprego, quando comparado com os tratados subsequentes.

À data a Política Social era considerada um prolongamento da política económica, e de um modo geral, as disposições presentes no Tratado de Roma persistiam como sendo mais uma declaração política do que uma norma juridicamente vinculativa.

A entrada em vigor do Tratado da União Europeia (1992), também conhecido por Tratado de Maastricht, concretizou uma clara referência à contribuição da Comunidade Europeia no domínio da Juventude.

As acções da Comunidade Europeia nos domínios da educação, da formação profissional e da juventude encontraram a sua base jurídica nos artigos 126.º e 127.º do Tratado da União Europeia.²⁰

O artigo 126.º do Tratado da União Europeia constituiu a base da cooperação a nível europeu no domínio da educação e da juventude. O referido artigo sublinhava o papel central

¹⁸ Texto transcrito do Anexo: CD Acervo de referências (pp. 12- 15)

¹⁹ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Roma (p. 145)

²⁰ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Maastricht (pp. 147/148)

da educação, que proporcionava aos jovens a possibilidade de residirem, estudarem ou se deslocarem livremente numa Europa sem fronteiras.

O artigo 126.º enumerava, ainda, os diferentes domínios em que a Comunidade Europeia podia incentivar a cooperação, tais como:

- A aprendizagem e divulgação de línguas dos Estados-Membros;
- Mobilidade dos estudantes e professores;
- Cooperação entre estabelecimentos de ensino;
- Intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros;
- Desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socioeducativos;
- Educação à distância.

No que diz respeito à formação profissional, o artigo 127.º do Tratado da União Europeia, que veio substituir o artigo 128.º do Tratado de Roma, deu por encerrado o debate sobre o alcance da competência comunitária nesse assunto.

Assim, ficou estabelecido que a competência em matéria de formação profissional seria concorrente entre os Estados-Membros e a Comunidade, aplicando-se o princípio da subsidiariedade na delimitação dessas competências.

Nos termos dos referidos artigos do Tratado da União Europeia, o papel da Comunidade consistiu na contribuição para uma educação de qualidade²¹, incentivando a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiando e completando a sua acção.

No contexto da Política Europeia de Juventude, os jovens foram, e ainda são, directamente visados por projectos financiados pelo Fundo Social Europeu, transcrito no artigo 123.º²² do Tratado da União Europeia.

Tal fundo comunitário visa contribuir para o financiamento de medidas no domínio do desenvolvimento dos recursos humanos, com o objectivo de promover facilidades de emprego

²¹ Referência expressa no artigo 3.º do Tratado de Maastricht, disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Roma (p. 146)

²² Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Maastricht (p.147)

e mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Comunidade, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção.

Com base nos artigos atrás mencionados foram executadas, ao longo das últimas décadas, diversas acções comunitárias directa ou indirectamente relacionadas com os jovens, nas áreas da instrução e formação no trabalho profissional, mobilidade, intercâmbio e acesso às tecnologias da informação.

A perspectiva social do Tratado de Amesterdão (1997) revelou-se de uma importância reformadora, na medida em que veio completar os princípios orientadores da acção comunitária voltada para a formação profissional, expostos no artigo 150.º²³ (artigo 127.º do Tratado da União Europeia) contemplando a aplicação do processo de co-decisão a tal matéria.

O Tratado de Nice (2001), tal como o seu precedente, refere-se à matéria de política de Juventude enaltecendo os princípios orientadores da acção comunitária voltada para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, bem como de uma política de formação profissional que apoia e completa as acções dos Estados-Membros.

Contudo, não alterou qualquer disposição implementada pelo Tratado de Amesterdão.

O Tratado de Lisboa (2009), embora mencione a política de Juventude nos seus princípios gerais, nomeadamente no artigo 6.º²⁴, remete-a para uma das políticas e acções internas da U.E., presente no Título XII artigo 165.º²⁵ (artigo 126.º do Tratado da União Europeia) que visa, uma vez mais, o incentivo à contribuição de uma educação de qualidade.

O artigo 165.º ressalva, ainda, a importância do estímulo da participação dos jovens na vida democrática da Europa, da mesma forma que salienta a importância do desporto, declarando-o como objectivo comunitário.

Por sua vez, o artigo 166.º²⁶ estende-se à política de formação profissional, revogando o artigo 127.º do Tratado da União Europeia.

²³ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Amesterdão (p.151)

²⁴ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Lisboa (p.152)

²⁵ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Lisboa (p.142)

²⁶ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Lisboa (p.154)

Fora do Título XII encontra-se transcrito no artigo 47.^{o27}, no âmbito da política de livre circulação de pessoas, serviços e capitais, uma alusão ao fomento do intercâmbio de jovens trabalhadores, entre os Estados-Membros.

A novidade, na política de juventude da União Europeia encontra-se consubstanciada no artigo 214.^{o28}, que refere a criação de um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária.

Todavia, tanto jovens como crianças continuam a beneficiar de um vasto leque de objectivos da União Europeia expressos noutras políticas, tais como, Saúde, Habitação, Justiça e Inclusão.

No seu conjunto, as acções respeitantes aos jovens recebem o apoio permanente do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia (procedimento de co-decisão) por ocasião da adopção, quer de programas, quer de resoluções sobre integração social, espírito de iniciativa e participação juvenil na vida activa.

O Comité das Regiões e o Comité Económico e Social emitem, numa base regular, diversos pareceres sobre aspectos inseridos no âmbito da juventude.²⁹

Todas as medidas de harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros encontram-se excluídas do âmbito dos vigentes artigos 165.º e 166.º (artigos 126.º e 127.º do Tratado da União Europeia).

Em modo de conclusão, importa sublinhar que a matéria de juventude é, por natureza, transversal a todas as políticas de intervenção social e económica. Ainda assim, de acordo com o princípio da subsidiariedade, os Estados-Membros são plenamente responsáveis pela organização dos respectivos sistemas educativos e de formação profissional, assim como dos conteúdos dos programas juvenis.

²⁷ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Lisboa (p.152)

²⁸ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo I – Base Jurídica da Política de Juventude da União Europeia - Tratado de Lisboa (p. 155)

²⁹ Exemplos:

2008/C 105/05 - Parecer do Comité das Regiões sobre “Promover a cidadania activa dos jovens através da educação” 25.04.2008; Bruxelas. [Consultado em: 26.10.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:105:0021:0024:PT:PDF>

COM(2008) 56 final — 2008/0023 (COD): Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a “Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1719/2006/CE que institui o Programa Juventude em Acção para o período de 2007 a 2013”. 29.05.2008; Bruxelas. [Consultado em: 15.11.08] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52008AE0998:PT:HTML>

III.1.2 – Evolução da Política de Juventude da União Europeia

A Comissão Europeia desenvolve, desde a década de oitenta, inúmeros programas³⁰ que visam dotar a juventude com ferramentas primordiais para a sua valorização individual, tais como, informação escolar e profissional, ofertas para ocupação de tempos livres e desenvolvimento de experiências de contacto com outras realidades culturais.

Contudo, o desenvolvimento de uma cooperação política em matéria de juventude iniciou-se somente em Novembro de 2001, com a publicação, pela Comissão Europeia, do Livro Branco intitulado “Um novo impulso à juventude europeia”.³¹

A consciencialização do descontentamento dos jovens com o panorama político de então despertou questões relevantes que ocasionaram a aplicação das propostas políticas expostas no Livro Branco.

Embora não tenha conseguido avançar, na prática, com todas as soluções previstas na sua teoria, o Livro Branco propôs um novo quadro de cooperação europeia entre os diferentes actores no domínio da juventude, mantendo-se ainda hoje um ponto de referência na União Europeia, bem como nos outros países da Europa e do resto do mundo.

Em Junho de 2002, o Conselho da União Europeia adoptou um quadro de cooperação europeia em matéria de juventude, ao qual foi aplicado o Método Aberto de Coordenação, abrangendo quatro prioridades temáticas: Participação, Informação, Actividades de Voluntariado entre Jovens e Maior Compreensão e Conhecimento da Juventude, realçando-se ainda a inclusão da dimensão da juventude noutras políticas e iniciativas sectoriais.

No contexto da realização dos objectivos comuns de um melhor conhecimento do domínio da juventude, a Comissão reforçou a sua parceria com o Conselho da União Europeia.

No âmbito desta cooperação, a Comissão Europeia tomou ainda outras medidas, tais como: promover diálogos sobre temáticas juvenis, conferências e debates a fim de incrementar a participação dos jovens nas matérias de política europeia de juventude.

A adopção do Pacto Europeu para a Juventude³² pelo Conselho Europeu, em Março de 2005, coincidiu com o fim do primeiro ciclo da aplicação do Livro Branco.

³⁰ Exemplos: *Programa Juventude para a Europa* (1988-1999); *Serviço Voluntário Europeu* (1996 -); *Programa Juventude* (2000-2006); *Programa Juventude em Acção* (2007-2013)

³¹ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 16.

Com a adopção deste documento, o qual permitiu aos jovens europeus beneficiarem de um conjunto de medidas e de políticas plenamente integradas na Estratégia de Lisboa, a Comissão Europeia visou, uma vez mais, incluir os problemas e preocupações juvenis nas suas políticas.

A aprovação do Pacto Europeu para a Juventude contribuiu para um reconhecimento importante da integração dos jovens na sociedade e na vida activa.

Todavia, os resultados alcançados ficaram aquém das expectativas, evidenciando a falta de um acompanhamento da aplicação desse Pacto, ao nível do processo de tomada de decisão.

A adopção de um quadro renovado do Pacto Europeu de Juventude para 2010 proposta pelo Fórum Europeu de Juventude visa colmatar as falhas outrora identificadas, apostando no carácter operacional deste, nomeadamente, através de um acompanhamento eficaz e de uma integração transversal.

Na prática, o avanço da política de juventude consubstancia-se no processo de cooperação entre os Estados-Membros, convencionado no quadro de cooperação europeia no domínio da juventude.³³

A 24 de Novembro de 2005, uma nova resolução adoptada pelo Conselho da União Europeia³⁴ actualiza esse mesmo quadro de cooperação europeia, assente em três pilares:

- Apoio à cidadania activa dos jovens através do Método Aberto de Coordenação no sector da Juventude;
- O Pacto Europeu para a Juventude, em que são destacadas questões de juventude nos domínios essenciais da parceria de Lisboa para o crescimento e emprego;
- A inclusão da dimensão “juventude” noutras políticas europeias pertinentes.

³² Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 21.

³³ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 27.

³⁴ 2005/C 292/03: Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, 24.11.2005 “Cumprimento do Pacto Europeu para a Juventude e promoção de uma cidadania activa”, Bruxelas. [Consultado em: 02.11.09] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2005:292:0005:0005:PT:PDF>

O Programa “Juventude em Acção”, vigente no período de 2007 a 2013³⁵, é complementar ao respectivo quadro de cooperação no domínio da juventude, na União Europeia.

Na sequência do trio de Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena em 2007³⁶, a atenção voltou-se para a reflexão e debate sobre o futuro da cooperação em matéria de política de juventude, orientado para preparar a definição de um novo quadro de cooperação a nível europeu no contexto da reavaliação do Pacto Europeu de Juventude, em 2009.

A Presidência Portuguesa deu início a uma nova etapa neste processo, tendo por base a Comunicação da Comissão Europeia “Promover a Participação dos Jovens na Educação, no Emprego e na Sociedade”, apresentada em Setembro de 2007.³⁷

Em Novembro seguinte, o Conselho de Ministros da Juventude adoptou um documento de conclusões sobre uma abordagem transversal da política de juventude³⁸, no qual foi realçada a necessidade de uma melhor articulação entre o quadro europeu para a política de juventude e as demais políticas relevantes para os jovens, visando a sua plena participação na sociedade.

O quadro de cooperação europeia no domínio da juventude reforçou a aplicação legislativa, bem como a implementação de diversas estratégias nacionais, revelando-se uma plataforma valiosa para os Estados-Membros abordarem as questões relacionadas com a temática juvenil.

O quadro de cooperação europeia demonstrou, assim, que o Método Aberto de Coordenação, a Integração transversal dos temas ligados à juventude noutros domínios

³⁵ Decisão nº 1719/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 15.11.2006 “Programa Juventude em Acção para o período de 2007 a 2013”, Estrasburgo.
[Consultado em: 03.11.09] Disponível em:
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:327:0030:0044:PT:PDF>

³⁶ 17079/1/06: Conselho da União Europeia, 29.01.2007 “Programa para 18 meses das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena”, Bruxelas.
[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:
<https://infoeuropa.euocid.pt/registo/000037852/documento/0001/>

³⁷ COM (2007) 498 final: Comunicação da Comissão, 05.09.2007 “Promover a plena participação dos jovens na educação, no emprego e na sociedade”, Bruxelas.
[Consultado em: 03.11.09] Disponível em:
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0498:FIN:PT:PDF>

³⁸ 14426/07: Conselho da União Europeia, 31.10.2007 “Abordagem transversal da política da juventude para que os jovens possam realizar o seu potencial e participar activamente na sociedade”, Bruxelas.
[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:
<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/07/st14/st14426.pt07.pdf>

políticos e determinadas iniciativas, tais como o Pacto Europeu para a Juventude, favoreceram uma abordagem flexível e bem adaptada à temática juvenil, no devido respeito pelas competências dos Estados-Membros e pelo Princípio da Subsidiariedade.

Todavia, este enquadramento, terminado em 2009, nem sempre provou a sua eficácia e capacidade para obter resultados, pois não foi suficientemente coordenado para enfrentar todos os desafios existentes nesta altura.

Um novo Quadro de Cooperação Europeia em matéria de Juventude vigente para 2010 até 2018³⁹ foi aprovado, a 27 de Novembro de 2009.

O novo Quadro de Cooperação Europeia em matéria de Juventude tem por objectivos gerais:

- Criar mais oportunidades para todos os jovens em pé de igualdade, tanto na educação como no mercado de trabalho;
- Promover a cidadania activa, a inclusão social e a solidariedade de todos os jovens.

Até 2018 a cooperação europeia no domínio da juventude deve ser conduzida segundo um Método Aberto de Coordenação renovado, e baseada nos objectivos gerais atrás mencionados.

O quadro de cooperação europeia no domínio da juventude visa promover a cidadania activa e criar um forte sentido de identidade europeia, envolvendo activamente os jovens em debates para a formação das políticas e estabelecendo um diálogo estruturado com os responsáveis pelas políticas.

Não existe, portanto, uma política específica de juventude, mas sim uma dimensão transversal dos problemas e das dificuldades, muitas vezes agravados pela condição específica dos jovens. Por esse mesmo motivo, tais contratempos necessitam de respostas também elas transversais.

Os jovens de hoje integram uma geração que resulta de boas práticas e de estratégias eficazes de desenvolvimento onde a juventude tem destaque na actividade política.

³⁹ 14426/07: Resolução do Conselho da União Europeia, 27.11.2009 “Novo Quadro de Cooperação Europeia em matéria de Juventude para 2010 – 2018”. Bruxelas.
[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:
http://ec.europa.eu/youth/pdf/doc1648_en.pdf

Na verdade, todos os sectores da política e, em particular, as infra-estruturas educativas para a aprendizagem ao longo da vida, o emprego, a mobilidade, a integração social, a saúde e a possibilidade de autonomia bem como o reforço das iniciativas a favor do espírito empresarial e do voluntariado dizem respeito aos jovens da União Europeia

Porém, apesar dos ganhos até agora alcançados no que respeita à Política de Juventude europeia, deve reconhecer-se que muito foi feito, mas muito mais há para fazer.

III.2 – Apoio Internacional à Cooperação Europeia no domínio da Juventude

A União Europeia possui uma grande diversidade cultural, distribuída pelos seus 27 Estados-Membros. Os quais se encontram unidos sob os mesmos valores de liberdade, democracia, paz, progresso social e económico, respeito à pessoa e primazia do direito sobre a força.

O apoio à cooperação constitui um princípio base na política externa da União Europeia, uma vez que os problemas globais só podem ser resolvidos através de uma cooperação internacional.

Incontestavelmente, a União Europeia apresenta interesse em incentivar o desenvolvimento da cooperação política no âmbito da Juventude com outras organizações internacionais, que dispõem da sua própria rede internacional e de domínios de competência, tais como o Conselho da Europa⁴⁰ e a Organização das Nações Unidas.⁴¹

A cooperação entre a União Europeia e tais organizações possibilita a realização de diversos projetos, onde se destaca o papel exemplar do Centro Europeu do Conhecimento para as Políticas de Juventude (*Youth-Partnership*)⁴², o Programa Mundial de Acção para a Juventude das Nações Unidas⁴³, o Fórum Europeu da Juventude⁴⁴ (representação das organizações de juventude junto da UE) e o Portal Europeu de Juventude⁴⁵, enquanto veículo de informação juntos dos jovens.

Para garantir a coerência, a complementaridade e a coordenação da execução dos programas de ajuda internacional no mundo, a estrutura institucional da União Europeia mantém uma cooperação estreita com determinados parceiros que visam prosseguir os objectivos de interesse geral europeu, contribuindo para a participação activa dos jovens na vida pública e na sociedade.

⁴⁰ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 49.

⁴¹ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 58.

⁴² Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 53.

⁴³ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 65.

⁴⁴ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 45.

⁴⁵ Mais Informação disponível no Anexo: CD Acervo de referências - página 43

A sociedade civil, as organizações internacionais e os governos dos Estados-Membros da União Europeia são todos protagonistas importantes neste domínio.

De um modo geral, o objectivo principal da cooperação europeia no domínio da juventude visa o reforço de um espaço político, onde os jovens podem afirmar e ver o seu papel social reconhecido. Desenvolvendo, para tal, um processo de definição e implementação de diversos projectos orientados para a Juventude.

A cooperação no domínio da Juventude entre os Estados-Membros encontra-se assegurada nos objetivos políticos da União Europeia, que tem sempre em consideração os ideais e preocupações juvenis.

Por este motivo, a UE actua intensamente em projectos que procuram preparar os jovens a enfrentar diversos desafios, levando-os a encarar o futuro como algo rico em oportunidades.

Mais uma vez, as Políticas de Juventude têm de se concentrar no objectivo de criar as condições necessárias à plena cidadania, de modo a permitir que os jovens participem em todos os aspectos da vida política e social.

Face ao exposto, as organizações internacionais, assim como os Estados-Membros da União Europeia, devem definir referenciais, instrumentos e princípios comuns que levem ao reforço de uma cooperação europeia em matéria de Juventude.

III.3 - Política de Juventude Nacional

Qualquer política necessita ser fundamentada num conhecimento da realidade a que se destina. Por isso, uma política de juventude nacional eficaz necessita do conhecimento de diferentes situações sociais que constituem o quadro sociológico da juventude portuguesa.

III.3.1 - Evolução estrutural da Política Nacional de Juventude ⁴⁶

Segundo José Vieira⁴⁷, animador sociocultural e juvenil, a preocupação e o interesse do mundo ocidental pela temática juvenil ganhou grande acuidade a partir da década de 60, desencadeando múltiplas acções de intervenção nos domínios político e social.

Portugal escapou, quase por completo, aos movimentos de contestação, reivindicação e de expressão juvenil que se registaram noutros países nas décadas de 60 e de 70 e que contribuíram de modo decisivo para que a nível internacional a problemática juvenil ganhasse grande relevo.

Contudo, a temática da juventude tinha já antes alguma importância política em Portugal. No período do Estado Novo, a problemática da juventude não deixou de ser equacionada politicamente e de se reflectir na criação de instituições da Administração especialmente vocacionadas para a promoção da inserção social dos jovens. Primeiro a “Mocidade Portuguesa” e já na fase de declínio do regime o Secretariado para a Juventude.

No livro intitulado “Mocidade Portuguesa” Joaquim Vieira caracteriza a Mocidade Portuguesa enquanto organização tutelada pelo Estado durante aproximadamente quatro décadas (desde 1936 até 1974), em plena ditadura salazarista, que enquadrava os jovens de sexo masculino em idade escolar, obrigatoriamente entre os 7 e os 14 anos, e voluntariamente até à idade da incorporação militar.

A Mocidade Portuguesa, criada à imagem e semelhança de organizações de juventude de outras ditaduras europeias, encontrava-se integrada no Ministério da Educação Nacional e era administrada por um Comissário Nacional.

Esta organização juvenil tinha por objectivos enquadrar na mentalidade dos mais jovens os valores do regime: “Deus, Pátria e Família”. Em Dezembro de 1937 formou-se a

⁴⁶ Texto transcrito do Anexo: CD Acervo de referências (pp. 71- 74)

⁴⁷ VIEIRA, José - Blog “ ANIJOVEM” disponível em: <http://anijovem.blogspot.com/> (2005)

Mocidade Portuguesa Feminina, que tinha como objectivos formar uma nova mulher, boa católica e portuguesa, futura mãe e esposa obediente.

Anos mais tarde, a 25 de Outubro de 1971, surge, no então Ministério da Educação Nacional, o Secretariado para a Juventude.

O Secretariado visava a integração esclarecida dos jovens na vida colectiva, preparando-os para uma efectiva participação na obra de desenvolvimento nacional.

A 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos) a Junta de Salvação Nacional assumiu os poderes legislativos que competiam ao Governo, procedendo à extinção imediata das respectivas organizações de juventude do Estado Novo.

A 30 de Abril desse mesmo ano, a Junta de Salvação Nacional, preocupada em estimular o espírito associativo e fomentar a formação democrática e cultural dos jovens, decretou a criação do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ)⁴⁸, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.

O FAOJ teve como atribuições o apoio e estímulo das actividades juvenis para o preenchimento dos tempos livres, integrados numa permanente formação democrática e aperfeiçoamento cultural, visando a participação esclarecida dos jovens na vida colectiva e fomentando o trabalho de grupo numa perspectiva de integração social.

A questão juvenil ganhou relevo, em Portugal, a partir dos finais dos anos 70, por força da existência de diversos entraves no acesso ao emprego, educação, autonomia económica, constituição de família, e à participação na vida social, cultural e política.

Assim, a Constituição da República Portuguesa⁴⁹, aprovada a 2 de Abril de 1976, reconheceu o papel da Política de Juventude, consagrado no artigo 70.º Juventude⁵⁰ na Parte I: Direitos e Deveres Fundamentais, sob o Título III: Direitos e deveres económicos, sociais e culturais.

O conceito de Política de Juventude entrou no discurso político em Portugal na década de 80.

⁴⁸ Decreto - Lei N.º 191/74, de 30 de Abril

⁴⁹ Portal do Parlamento Nacional – Constituição da República Portuguesa
[Consultado em: 07.12.09] Disponível em:
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

⁵⁰ Disponível em Anexo: CD Acervo de referências – Anexo II – Base Jurídica da Constituição da República Portuguesa (p. 157)

Em 1985, ao criar a Secretaria de Estado da Juventude, tendo por Ministro-Adjunto o Eng. Couto dos Santos, o X Governo Constitucional demonstrou a sua aposta na juventude⁵¹, concretizando-a num programa assente nas seguintes linhas de força:

- Retomar a esperança, abrindo oportunidades, lançando iniciativas, desbloqueando o sistema, premiando o mérito;
- Promover a inserção social e profissional dos jovens;
- Tornar os jovens protagonistas da política de juventude, garantindo, por seu intermédio, a coerência das políticas sectoriais.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 216/86, de 4 de Agosto veio reestruturar o FAOJ que passou a ser “uma pessoa colectiva de direito publico, dotada de autonomia administrativa e património próprio que tinha como objectivo o fomento e apoio ao associativismo juvenil e a núcleos locais, socioculturais e socioeducativos, numa perspectiva de suscitar a participação dos jovens.

Paralelamente, o Decreto-Lei n.º 215/86, de 4 de Agosto estruturou a Direcção-Geral da Juventude.

A 26 de Dezembro de 1988, o FAOJ e a Direcção-Geral da Juventude foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 483/88, que criou o Instituto da Juventude.

O Instituto da Juventude, herdeiro do FAOJ e da Direcção-Geral de Juventude, revestia a natureza de instituto público, dotado de personalidade jurídica, autonomia tanto administrativa como financeira e património próprio.

Ao Instituto da Juventude sucedeu o Instituto Português da Juventude (IPJ), criado pelo Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro. No preâmbulo do diploma explica-se que se pretende “a adopção de um novo modelo para o Instituto da Juventude, concedendo-lhe a natureza de estabelecimento público, que lhe permita, por via de uma adequada reestruturação, obter uma assumida participação dos jovens e das suas associações através do Fórum e Centro de Juventude.”

O Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 70/96, de 4 de Junho que procedeu à reestruturação do Instituto Português da Juventude.

⁵¹ Presidência do Conselho de Ministros - Política de Juventude: Os Anos de Mudança. Gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude. Lisboa: 1990

Em 2007, surgiu o Decreto-Lei n.º168//2007, de 3 de Maio referente à nova Lei Orgânica do Instituto Português da Juventude cuja reestruturação visa dotar o Instituto Português da Juventude, I.P. dos meios adequados ao cumprimento da sua missão, em particular no que concerne à informação, ao associativismo, ao voluntário e promoção da cidadania, à ocupação dos tempos livres, à educação não formal, à informação e à mobilidade geográfica dos jovens em Portugal e no estrangeiro.

Pretende-se, ainda, com a nova Lei Orgânica criar as condições para uma intervenção mais eficaz no âmbito das políticas sectoriais de interesse para juventude, designadamente nas áreas da habitação, do empreendedorismo, do emprego, da formação, da ciência e tecnologia, da cultura, do ambiente e da saúde.

O Instituto Português da Juventude, I.P. é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio, que tem por missão apoiar a definição, execução e avaliação da política pública governamental da juventude, procedendo à sua concretização e promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social.

Citando, uma vez mais, José Vieira⁵² “as políticas de Juventude enunciadas nos programas dos últimos governos constitucionais portugueses, não diferem significativamente entre si.”

As considerações que fundamentam a definição da orientação política e as prioridades definidas para a intervenção política na área da juventude dos últimos governos são efectivamente muito semelhantes.”

A imutabilidade das políticas, programas e acções juvenis contrasta, assim, com as rápidas mudanças de interesse, necessidades e problemas dos jovens.

O conceito de política global, integrada e intersectorial para a juventude, ainda que completamente válido de um ponto de vista conceptual tem esbarrado sucessivamente na dificuldade de articulação entre os diferentes organismos que a nível central, regional e local intervêm em áreas que afectam o quotidiano dos jovens.

⁵² VIEIRA, José - Blog “ ANIJOVEM” disponível em: <http://anijovem.blogspot.com/> (2005)

Em Portugal a Política de Juventude encontra-se definida no programa do Governo para o respectivo sector, notando-se um esforço no sentido de conferir coesão às intervenções do Estado dirigidas aos jovens, nomeadamente pela instituição da Comissão Interministerial para a Juventude (CIJ)⁵³, criação do Conselho Consultivo do IPJ e dinamização do Conselho Consultivo da Juventude (CCJ)⁵⁴.

Em suma, procura-se que a aplicação das políticas de Juventude seja concreta e executável, a fim de responder a todas as necessidades sentidas pelos jovens.

⁵³ O Conselho de Ministros criou, na dependência do Ministro da Presidência, a Comissão Interministerial para as Políticas de Juventude (CIJ), com o objectivo de assegurar a coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas de juventude. Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2007, de 4 de Junho, Cria a Comissão Interministerial para as Políticas da Juventude (JusNet 1377/2007) Disponível em: <http://juventude.gov.pt/IPJ/QuemSomos/LeiRegulamentoseCIJ/Documents/comissaoJuventude.pdf>

⁵⁴ Organismo integrado na Presidência do Conselho de Ministros. Órgão de consulta do Governo na área da Juventude para concertação de políticas nessa área. É da sua competência analisar as questões que digam respeito à política global de juventude e de participação cívica e integração social e económica dos jovens, como, também, apreciar projectos de diplomas de carácter sectorial, na parte respeitante às questões de Juventude. O Conselho Consultivo da Juventude é regulado nos termos do Decreto-Lei n.º 5-A/96, de 29 de Janeiro. Disponível em: http://bdjur.almedina.net/sinopse.php?field=doc_id&value=79699

III.3.2 - Problemas e Aspirações da Política Nacional de Juventude⁵⁵

Segundo Carla Mouro (Ex-Presidente do Conselho Nacional de Juventude)⁵⁶ “A juventude dinâmica de hoje encara de forma responsável o importante papel que desempenha na construção do seu futuro, e no desenvolvimento de Portugal em convergência com a Europa.”

Na opinião de Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva⁵⁷ “os jovens têm plena consciência de que as suas intervenções, competências e ambições são decisivas no decorrer do processo de desenvolvimento nacional, uma vez que os próprios visam responder aos diversos desafios que se colocam à sociedade.

Os jovens têm hoje mais habilitações, mais facilidades de viajar, comunicar, partilhar ideias e experiências. Então, têm mais responsabilidade na forma como se dedicam às causas que elegem para a sua acção.”

Embora os jovens beneficiem de mais oportunidades, os desafios enfrentados são inúmeros. A educação, emprego, inclusão social e saúde são as questões que mais preocupam os jovens de hoje.

Em Portugal, embora se note um esforço no sentido de coesão das intervenções do Estado dirigidas aos jovens pelas entidades competentes, ainda permanecem certas lacunas na Política de Juventude relacionadas com a falta de uma efectiva abordagem transversal.

Determinadas medidas, programas e políticas poderiam vir a ser alteradas, melhoradas ou adaptadas, a fim de assegurar um efectivo desenvolvimento de uma Política de Juventude nacional.

Neste contexto, apostar-se-ia na adopção de um quadro estratégico transversal, seguindo uma lógica comunitária de sensibilização dos jovens para assegurar um diálogo estruturado permanente entre os decisores políticos, as organizações de juventude e os jovens em geral.

Dever-se-ia, ainda, fomentar a implementação de novas políticas activas de emprego, de estímulo e apoio ao empreendedorismo e de aposta na formação ao longo da vida. Acresce

⁵⁵ Texto transcrito do Anexo CD Acervo de referências (pp. 78- 79). O presente texto encontra-se fundamentado em documentos apresentados pelo Conselho Nacional de Juventude.

⁵⁶ Discurso de abertura do 10º Encontro Nacional de Juventude, Dezembro de 2006.

⁵⁷ Mensagem do Presidente da República proferida no 11º Encontro Nacional de Juventude, Maio de 2009.

a isto, a necessidade de combater todas as formas de discriminação, apostando na inclusão e promoção da igualdade de oportunidades em todas as políticas públicas e no associativismo juvenil.

Não obstante, seria proveitoso consciencializar os jovens sobre o valor do voluntariado, reconhecendo as suas potencialidades como forma de Educação não Formal.⁵⁸

Em conclusão, o interesse e a participação dos jovens na vida política e na acção cívica é um impulso insubstituível para o futuro. A maioria dos jovens não tem receio de se comprometer com o futuro e exige ser no presente, actor político na definição das políticas nacionais e comunitárias.

⁵⁸ Informação fundamentada no documento do Conselho Nacional de Juventude intitulado “20 Propostas Jovens para Portugal”, 2009.

III.3.3 – Os Jovens Portugueses e a União Europeia ⁵⁹

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986 e o processo que desde então se desenvolveu, tiveram, necessariamente, implicações a nível das representações da União Europeia por parte dos portugueses.

Desde então, têm sido realizados diversos estudos científicos que visam aferir a opinião dos jovens portugueses sobre tal matéria. Muitos desses mesmos estudos encontram-se disponíveis no Observatório Permanente de Juventude (OPJ)⁶⁰, como é o caso da monografia coordenada por José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral “Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do inquérito de 1997”.

De acordo com os dados disponíveis nesse estudo particular, a Europa representava uma “Diversidade Cultural” para cerca de 15,9% dos jovens entre 25 e 29 anos de idade. Por outro lado, cerca de 17,9% dos jovens entre os 15 e 17 anos de idade reconhecia a Europa enquanto representação dos princípios de “Democracia e Liberdade”. Posto isto, ressalta a representação da Europa como uma “Civilização Comum” à qual, 32,8% dos jovens entre os 18 e 20 anos de idade considerava que Portugal pertencia e com a qual se identificavam (Quadro 2).

Quadro 2 - Características da Europa, por grupos etários (%)

	15-17	18-20	21-24	25-29	Total
Diversidade Cultural	13,9	14,5	15,8	15,9	15,1
Democracia e Liberdade	17,9	16,3	14,1	10,9	14,7
Civilização comum a todos os europeus	28,2	32,8	27,3	28,3	29,1
Desenvolvimento e bem-estar	13,9	14,1	16,7	15,4	15,0
Não lhe sugere nada em especial	9,9	10,4	11,5	13,0	11,3
Não sabe/ Não Responde	16,0	11,9	14,7	16,5	14,9

Fonte: “Jovens Portugueses de Hoje: resultados do inquérito de 1997”

Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 1.

⁵⁹ Texto transcrito do Anexo: CD Acervo de referências (pp. 80- 92).

⁶⁰ O Programa de Estudos do Observatório Permanente da Juventude surgiu no âmbito de um protocolo estabelecido entre o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e o IPJ. Para mais informações consultar o Anexo: CD Acervo de referências (página 121).

O mesmo quadro destaca, ainda, o facto de a Europa não sugerir nada em especial a alguns jovens (11,3%). Este padrão, que se reproduz noutros indicadores, aponta para a ideia de que para muitos jovens a Europa era, até então, uma realidade remota com a qual tinham dificuldades em identificar-se.

Na explicação deste distanciamento em relação à Europa avultam determinados factores, tais como a origem das classes sociais e o nível de instrução dos inquiridos.

Na verdade, as representações da Europa adquirem contornos mais nítidos consoante a classe social de origem. Como se pode constatar no quadro 3, para uma grande proporção de jovens oriundos das classes sociais mais baixas, a Europa não tinha qualquer tipo de representação, ou seja, não se constituía qualquer imagem pela provável falta de referências. É o que se observa em relação aos jovens oriundos do proletariado rural (22,7%) do campesinato (28,6%) e do sub-proletariado (13,2%) para quem a Europa nada dizia.

Quadro 3 - Características atribuídas à Europa, segundo as classes sociais de origem (%)

	Classe Alta	Classes Média Tradicionais	Novas Classes Média	Campe-sinato	Proletariado Rural	Operar.	Sub-Proletariado
Diversidade Cultural	45,9	16,4	21,6	—	—	8,6	14,0
Democracia e Liberdade	33,3	19,7	15,1	21,4	9,1	12,6	9,1
Civilização Comum	8,4	18,0	31,9	35,7	13,6	33,4	20,7
Desenvol. e bem-estar	4,2	36,1	13,8	—	18,2	13,8	13,2
Não sugere nada	8,3	6,6	9,0	28,6	22,7	12,6	13,2
Não sabe/ Não resp.	—	3,3	8,8	14,3	36,3	18,9	29,7

Fonte: “Jovens Portugueses de Hoje: resultados do inquérito de 1997”

Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 1.

Por outro lado, os jovens das classes alta e média identificavam-se com a generalidade das imagens de Europa sugeridas pelo inquérito, evidenciando o facto de a Europa constituir para eles, uma referência significativa.

No que concerne aos níveis de instrução, as disparidades entre os resultados obtidos mantêm-se inalteráveis, comprovando que quanto menos instruído é o jovem, mais distante se encontra da Europa (Quadro 4).

Quadro 4 - Características atribuídas à Europa, segundo os níveis de instrução dos jovens (%)

	Não frequente	Básico	Geral	Compl.	Pós-Sec.	Outro
Diversidade Cultural	_____	14,7	14,3	19,7	21,7	10,0
Democracia e Liberdade	_____	9,3	16,5	15,5	14,0	39,3
Civilização Comum	50,0	27,0	29,5	28,7	29,2	11,6
Desenvolvimento e Bem-estar	_____	9,9	16,6	15,4	18,9	17,7
Não sugere nada	50,0	13,6	8,6	11,5	11,5	17,7
Não sabe/ Não resp.	_____	25,7	14,4	9,3	4,8	3,8

Fonte: “Jovens Portugueses de Hoje: resultados do inquérito de 1997”

Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 1.

Os menos instruídos, dividiam-se tendenciosamente entre a ausência de imagens relativas à Europa e a “civilização comum”. Esta imagem era a que mais fortemente mobilizava os jovens, qualquer que fosse o nível de escolaridade. Mas a “Civilização Europeia” podia também ser representada - sempre de forma positiva – segundo uma especificação instrumental “desenvolvimento e bem-estar” ou ainda segundo uma especificação simbólica e cultural no sentido político do termo “Democracia e Liberdade”.

Assim sendo, os jovens mais instruídos tendiam a valorizar as dimensões instrumentais e simbólicas ao contrário dos menos instruídos que se identificavam com a generalização que representa a “Civilização Comum”.

Em suma, em função das representações que lhes foram oferecidas no questionário de 1997, pode-se dizer que a maior parte dos jovens associa a identidade europeia preferencialmente a factores de ordem civilizacional e cultural, enquanto os demais a associam à “Democracia e Liberdade” ou ao “Desenvolvimento e bem-estar”. Em

contrapartida, mais de um quarto dos inquiridos revelou não ter qualquer representação da Europa.

Em 1999, José Machado Pais volta a publicar um novo estudo dando a oportunidade aos jovens de expressar as suas opiniões e expectativas sobre a União Europeia na monografia “Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu” da Colecção Estudos Sobre Juventude do OPJ.

Veja-se, a este propósito, os resultados do estudo em questão. De acordo com o quadro 5 os aspectos positivos da Europa e da integração europeia eram os mais valorizados pela generalidade dos jovens europeus.

Quadro 5 – Questões relativas à Europa e Integração Europeia

País	A Europa não é mais do que uma representação geográfica	A Europa é o berço da democracia, do iluminismo e do progresso	A Europa é um grupo de países ricos, de raça branca, responsáveis pela exploração económica e ecológica do resto do mundo	A integração europeia é a única via para ser obtida a paz entre as nações que previamente se tentaram destruir mutuamente	A integração europeia é perigosa para a soberania das nações, sua identidade cultural	A integração contribuirá para solucionar a crise económica e social dos países da Europa
Islândia	2,52	3,48	2,75	3,13	2,83	3,07
Noruega	2,43	3,30	3,01	3,04	3,00	3,03
Dinamarca	2,45	3,41	2,97	3,10	2,93	3,09
Suécia	2,65	3,12	2,72	3,02	2,89	2,84
Finlândia	2,43	3,10	2,59	2,89	3,03	3,05
Estónia	2,40	3,31	2,78	3,28	2,97	3,39
Lituânia	2,45	3,57	2,61	3,30	2,72	3,44
Rússia	2,32	3,22	2,76	3,25	2,72	3,29
Ucrânia	2,26	3,39	2,84	3,37	2,75	3,43
Polónia	2,22	3,41	3,00	3,65	2,73	3,33
Hungria	2,21	3,12	2,65	3,16	2,74	2,97
Rep. Checa	2,05	3,51	2,39	3,30	2,67	3,14
Eslovénia	2,41	3,13	2,86	3,14	2,88	3,16
Croácia	2,12	3,41	2,88	3,53	2,69	3,31
Bulgária	2,11	3,60	2,96	3,42	2,83	3,30

País	A Europa não é mais do que uma representação geográfica	A Europa é o berço da democracia, do iluminismo e do progresso	A Europa é um grupo de países ricos, de raça branca, responsáveis pela exploração económica e ecológica do resto do mundo	A integração europeia é a única via para ser obtida a paz entre as nações que previamente se tentaram destruir mutuamente	A integração europeia é perigosa para a soberania das nações, sua identidade cultural	A integração contribuirá para solucionar a crise económica e social dos países da Europa
Grécia	2,24	3,90	2,74	3,40	2,59	3,33
Turquia	2,42	3,11	3,27	3,17	2,98	3,20
Israel	2,34	3,00	2,57	3,41	2,78	3,44
Israel - Árabe	2,52	3,00	3,35	3,13	3,08	3,43
Palestina	2,73	2,50	3,35	2,71	3,31	3,39
Portugal	2,46	3,57	2,85	3,32	2,95	3,57
Espanha	2,35	3,49	2,88	3,25	2,69	3,08
Itália	1,97	3,67	2,75	3,49	2,49	3,25
Tirol Sul	2,20	3,37	2,80	3,44	2,56	3,11
Alemanha	2,40	3,26	2,72	3,32	2,67	3,07
Bélgica	2,36	3,25	2,51	3,16	2,78	3,27
Inglaterra	2,62	3,06	2,62	3,13	3,00	3,00
Escócia	2,67	3,12	2,48	3,15	3,03	3,02
França	2,31	3,53	2,56	3,39	2,65	3,19
Média	2,34	3,34	2,80	3,27	2,80	3,23

Fonte: “Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu” Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 2. 1999

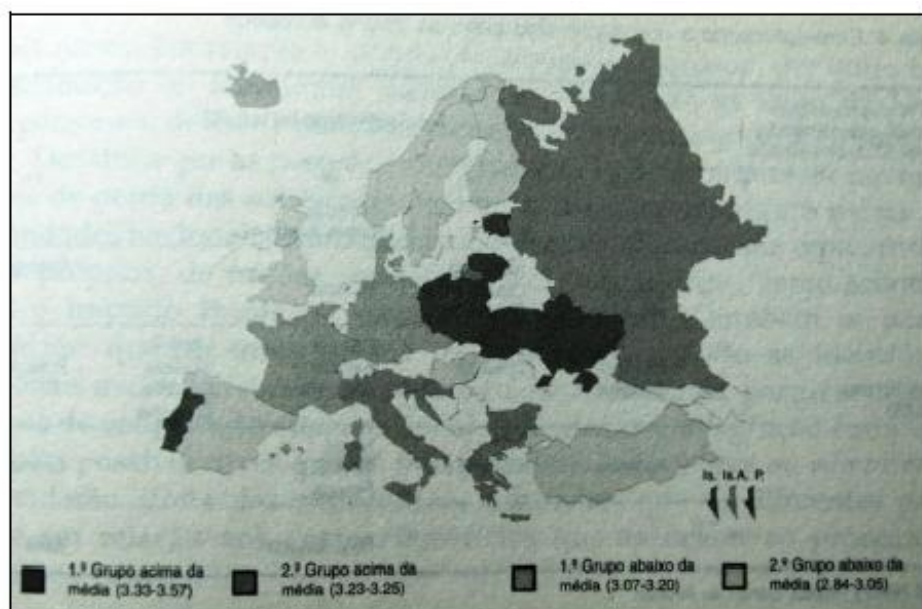
O indicador que merecia uma maior concordância era o que reconhecia a Europa como “berço da democracia, do iluminismo e do progresso” (M=3,34). Apenas na Palestina se encontravam valores abaixo da média em relação a esta apreciação.

O segundo indicador mais valorizado tinha igualmente conotações positivas em relação à Europa: “a integração europeia é a única via para ser obtida a paz entre nações que previamente se tentaram destruir mutuamente” (M=3,27). De novo a Palestina – mas também a Finlândia – fugiam a esta tendência.

Entre os eurocépticos contavam-se, neste caso os jovens escandinavos, britânicos e belgas, enquanto o maior entusiasmo pela integração europeia vinha dos jovens de Leste e do Sul da Europa.

Um terceiro indicador favorável à integração europeia – “a integração europeia contribuirá para solucionar a crise económica e social dos países da Europa”, merecia também o acordo dos jovens europeus (M=3,23). De novo se contrapunha o eurocepticismo dos jovens dos países nórdicos e da Inglaterra com o optimismo dos jovens do Leste europeu e, principalmente, de Portugal (Mapa 1).

Mapa 1 – Questões relativas à Europa e Integração Europeia – “a integração europeia contribuirá para solucionar a crise económica e social dos países da Europa”



Fonte: “Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu” Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 2. 1999

Os aspectos negativos da avaliação da Europa e da Integração Europeia não foram muito valorizados pelos jovens europeus. A ideia de que “a Europa é um grupo de países ricos, de raça branca, responsáveis pela exploração económica e ecológica do resto do mundo” apenas colhia simpatia entre os jovens dos países islâmicos (Turquia, Israel Árabe e Palestina), ou seja, entre aqueles que não pertencem à Europa ou foram repelidos no propósito de adesão, como aconteceu com a Turquia.

Eram também os jovens palestinianos – e, em menor medida, os finlandeses – os que mais pensavam que a “integração europeia é perigosa para a soberania das nações, sua

identidade e cultura”. A representação da Europa como “exploradora” era mais rejeitada por duas antigas e importantes potências coloniais – a França e o Reino Unido. Por outro lado, a “perda de soberania das nações” era, mais uma vez, minimizada no Leste e Sul da Europa, embora jovens portugueses revelassem aqui alguma apreensão.

Face ao exposto, os jovens europeus tendiam, de um modo geral, a revelar uma consciência histórica europeia, alinhando em apreciações positivas sobre a Europa e a Integração Europeia, e de algum modo os jovens de Leste fugiam a esta tendência. Assim sendo, não seria de estranhar que poucos fossem os que consideravam que a “Europa não era mais do que uma expressão geográfica” (M=2,34).

A análise factorial realizada polarizou em dois factores os seguintes indicadores: a Europa como “berço da democracia” (0,63611), “via para a paz entre nações” (0,74697) e “solução de crise” (0,68264) sustinham o primeiro factor (euro-optimismo); a Europa como “mera expressão geográfica” (0,63306), “exploradora” (0,73115) e “perigosa para a soberania das nações” (0,67080)) induzia o segundo factor (eurocepticismo).

Os dois factores retidos não são opostos mas ortogonais, pelo que se explica que Portugal tivesse valores positivos em ambos (quadro 6).

Quadro 6 – Euro-optimismo e eurocepticismo entre jovens europeus

M: + - 10 desvio-padrão +/-: 10-30 desvio-padrão ++/ --: > 30 desvio-padrão Euro-optimismo (M=3,28) Eurocepticismo (M=2,65)		--	-	M	+	++
	++	Palestina		Turquia Israel Árabe		
	+	Suécia Inglaterra	Noruega Dinamarca Eslovénia	Estónia		Portugal
	M	Finlândia Escócia	Islândia	Rússia Espanha Alemanha	Lituânia Ucrânia Croácia Bulgária	Polónia
	-	Hungria	Bélgica	Israel Tirol Sul França		Grécia
	--			Rep. Checa		Itália

Fonte: Youth and History Project, Centro de Análise “Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu” Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 2. 1999

De acordo os resultados obtidos, os Jovens Portugueses eram, sem dúvida, dos mais optimistas em relação à Europa, mas não deixavam de se revelar cépticos ou críticos em relação a outros aspectos da Europa e da sua Integração Europeia. Como já se tinha constatado, os jovens do Leste e Sul da Europa alinhavam pelo eurooptimismo. Por outro lado, os jovens mais eurocépticos dominavam nos países da região árabe, Escandinávia e Inglaterra.

No Outono de 2009, a Comissão Europeia publicou mais um estudo – *Eurobarómetro* 72⁶¹ – com o propósito de prosseguir a análise semestral das atitudes da opinião pública sobre vários temas dos domínios económico, político e social, dedicando um dos seus capítulos à análise particular das atitudes dos portugueses sobre a União Europeia.

Os resultados obtidos no *Eurobarómetro* 72 revelam que mais de metade dos cidadãos nacionais (53%) percebem a União Europeia de forma positiva. Contudo, apesar do número de cidadãos portugueses ter aumentado ligeiramente desde o último Eurobarómetro⁶² (de 49% para 53%), esta taxa continua muito próxima dos 50 pontos percentuais, o que aponta para a existência de uma parte substancial da população que é indiferente à União Europeia (cerca de 32%) ou que a percebe de forma negativa (11%).

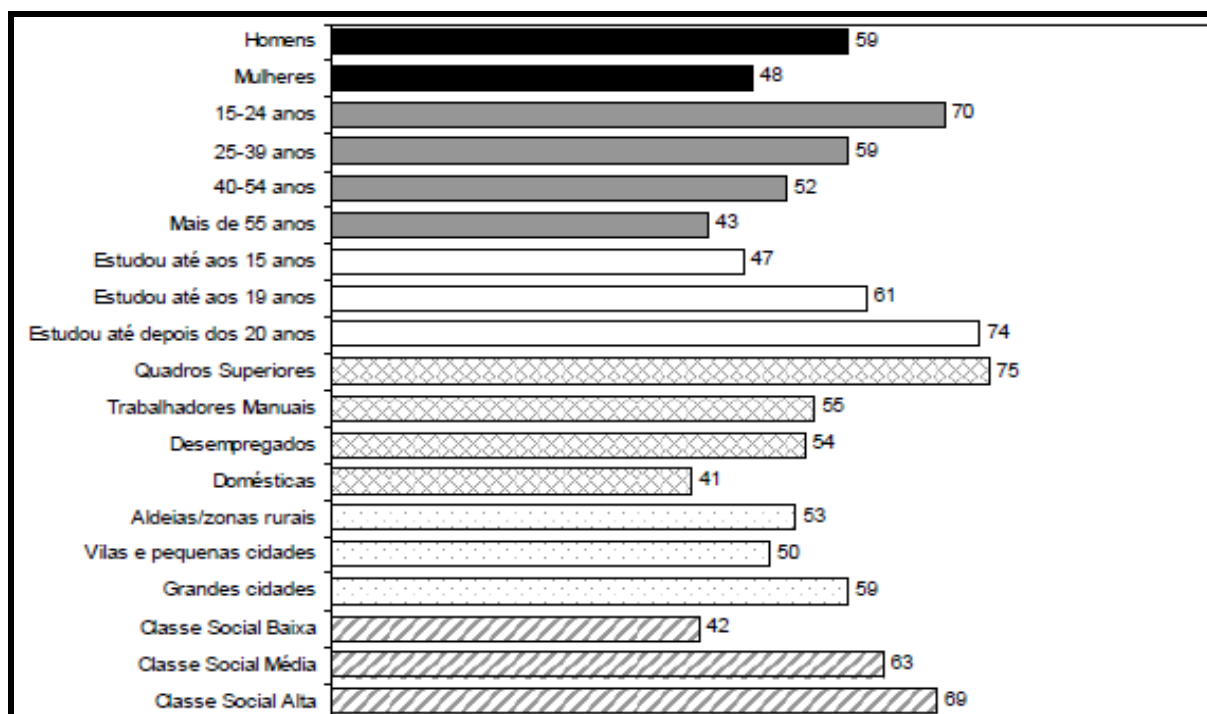
Por esse motivo, é interessante tentar perceber como varia esta atitude geral sobre a União Europeia de acordo com os grupos sociais relevantes em Portugal. Os dados apresentados no gráfico 1 permitem constatar que entre as mulheres (48%), os cidadãos com mais de 55 anos (43%), as pessoas com menos habilitações literárias (47%), as domésticas (41%) e aqueles que se auto-classificam como pertencentes a uma classe social mais baixa (42%), menos de metade dos inquiridos afirmou perceber a União Europeia de uma forma positiva. Contrastando, assim com a opinião dos jovens entre os 15 e os 24 anos de idade (70%), dos indivíduos mais escolarizados (74%), dos trabalhadores que se encontram nos quadros superiores (75%) e dos inquiridos que consideram ser de classe social alta (69%).

Como já tinha sido referido nos estudos do OPJ acima mencionados, factores como a idade, a escolaridade, a inserção profissional e a classe social subjectiva parecem estar bastante associados com a valência da imagem da União Europeia em Portugal.

⁶¹ Disponível em: http://ec.europa.eu/portugal/pdf/comissao/destaques/eb72_executive_summary_pt.pdf

⁶² Eurobarómetro 71 realizado na Primavera de 2009. Disponível em: http://ec.europa.eu/portugal/pdf/informa/estudos_opinio/eurobarometro_portugal_71_pt.pdf

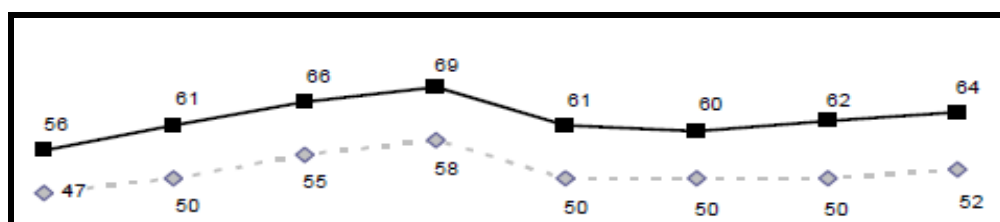
Gráfico 1 – Imagem da União Europeia por grupos sociais em Portugal
(percentagem dos inquiridos que consideram que a imagem da EU é “muito positiva” ou “positiva”)



Fonte: Eurobarómetro 72 – Relatório Nacional: Portugal 2009

No gráfico 2 constata-se que as percentagens de Portugueses que consideram que pertencer à União Europeia é uma coisa boa (52%) e que a entrada na CEE em 1986 trouxe benefícios ao país (64%) não são especialmente diferentes daquelas observadas desde a Primavera 2008, mas continuam a ser mais baixas do que as relativas ao pico de optimismo europeu verificado no ano 2007 (especialmente no Outono, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia).

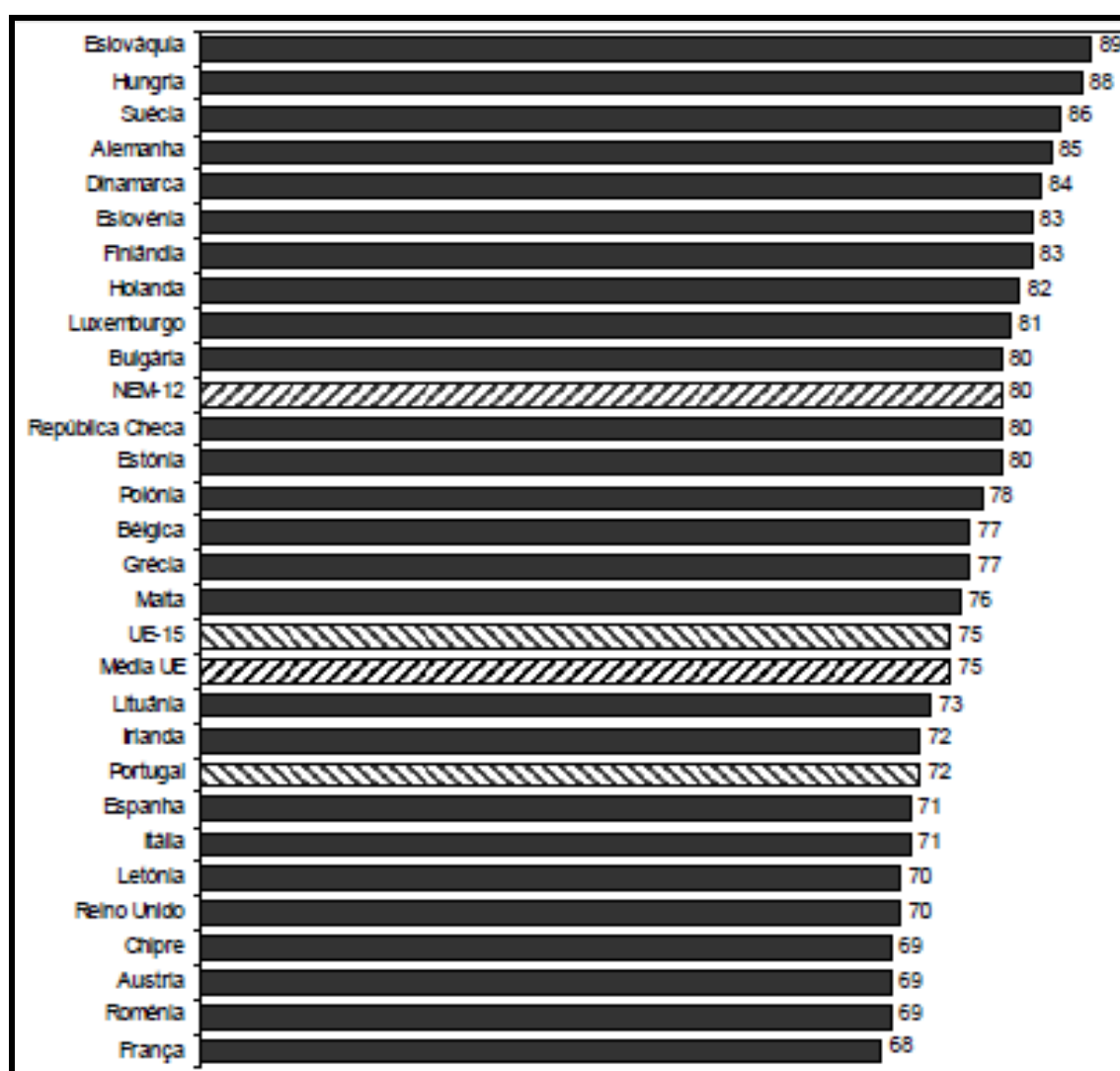
Gráfico 2 – Atitudes face à integração em Portugal, 2006 – 2009
(percentagem de inquiridos que consideram que fazer parte da EU é “uma coisa boa” e que ser membro da União Europeia “beneficiou o país”)



Fonte: Eurobarómetro 72 – Relatório Nacional: Portugal 2009

No que diz respeito ao sentimento de partilha de uma identidade europeia, 72% dos portugueses afirmam concordar com a existência dessa mesma identidade e mais especificamente com o facto de que aquilo que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que os separa (Gráfico 3).

Gráfico 3 – A partilha de uma identidade europeia
(percentagem de inquiridos que concorda com a frase “o que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que os separa”)



Fonte: Eurobarómetro 72 – Relatório Nacional: Portugal 2009

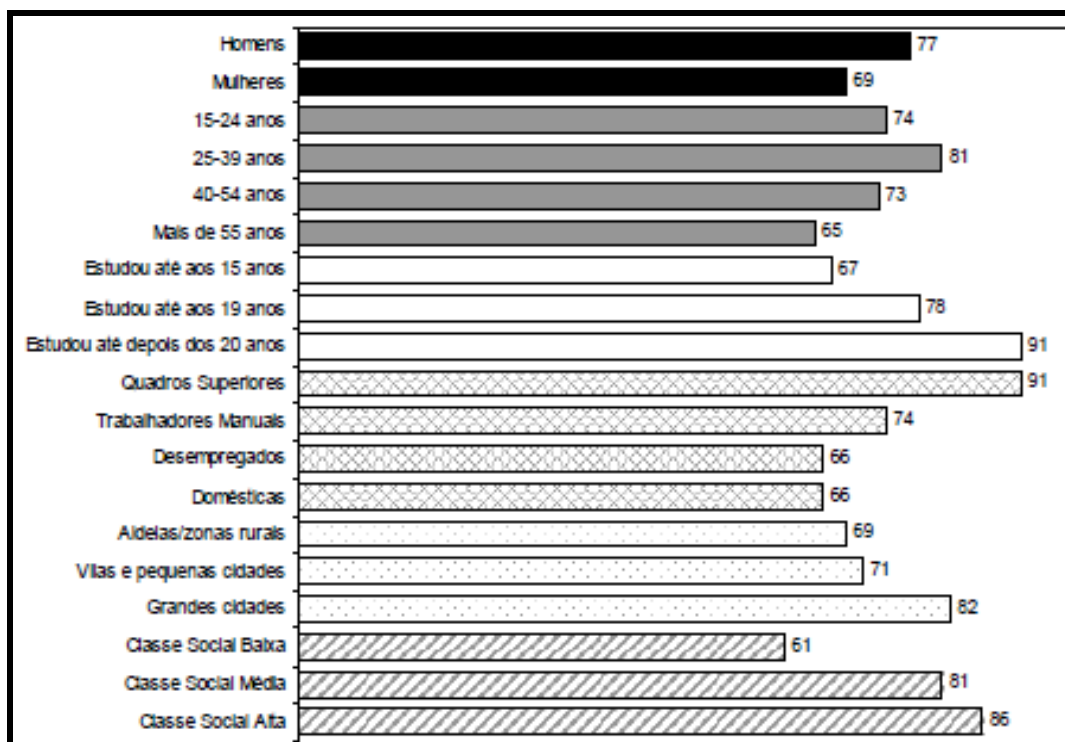
A comparação entre os Estados-Membros mais antigos e os mais recentes indica que estes últimos (aqueles que entraram depois de 2004) apresentam uma proporção mais elevada

de cidadãos que reconhecem a existência de aspectos comuns importantes entre os povos da União Europeia (80% contra 75% no caso dos Quinze).

No gráfico 3 verifica-se, ainda, que Portugal se encontra abaixo da média de todos os Estados-Membros, bem como da média dos 15 Estados mais antigos. Encontra-se muito abaixo de países como a Eslováquia (89%) e Hungria (88%), e perto da França (68%), que é o país onde as taxas de concordância nesta questão são as mais baixas.

Este padrão é, mais uma vez, explicável pela presença de grupos sociais onde a consciência da existência de aspectos comuns da União Europeia é mais baixa. De facto, como se pode constatar no gráfico 4, as mulheres (69%), os cidadãos mais idosos (65%) e com menor escolaridade (67%), os cidadãos fora do mundo de trabalho (desempregados - 66% e domésticas - 66%), os residentes em aldeias e zonas rurais (69%) e as pessoas que afirmam pertencer a uma classe social mais baixa (61%) apresentam, nesta questão, valores inferiores à média portuguesa.

Gráfico 4 - Identidade europeia por grupos sociais em Portugal
(percentagem de inquiridos que concorda com a frase “o que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que os separa”)



Fonte: Eurobarómetro 72 – Relatório Nacional: Portugal 2009

Por sua vez, os valores mais elevados são representados pelos jovens entre os 15 e os 24 anos (74%) e entre 25 e 39 anos de idade (81%), pelos indivíduos mais escolarizados (91%), trabalhadores que se encontram nos quadros superiores (91%) e inquiridos que consideram ser de classe social alta (85%).

Resumindo, a integração europeia é uma experiência única, fruto da vontade de muitas gerações de pessoas unidas pela ideia de criar um espaço político, económico, social e cultural comum e diversificado.

Os jovens serão a próxima geração a tomar as rédeas do projecto europeu, herdando assim os valores e as instituições de uma União Europeia que ainda está em formação e que continua portanto aberta a todas as inovações que a sociedade queira promover. E quem melhor que as gerações mais jovens para trazer novas ideias e uma renovada energia para este desafio?

De um modo geral os jovens são os sujeitos que mais acreditam no projecto da União Europeia, perspectivando os seus benefícios para os Estados-Membros. Estes acreditam que a União Europeia acarreta mais vantagens do que desvantagens, valorizando as oportunidades de emprego, o reforço das liberdades e dos direitos do homem, as trocas interculturais, e até a facilidade de troca de informação entre os países.

Os jovens são, portanto, a secção da população portuguesa que apresenta sistematicamente um entusiasmo com o projecto europeu, revelando alguma compreensão e conhecimento da União Europeia, ao contrário das mulheres, dos cidadãos mais velhos, dos menos escolarizados, e daqueles que se auto-classificam como pertencentes a uma classe social mais baixa.

As estratégias de comunicação da União Europeia devem, assim, focar a sua atenção neste quadrante da população, adaptando a sua mensagem no sentido de melhor chegar a estes cidadãos.

Na tentativa de desenvolver uma cultura participativa, é importante desenvolver as dimensões políticas e sociais da noção de cidadania tanto a nível nacional como europeu. Felizmente, esta é uma noção que os jovens dos dias de hoje têm sempre presente na memória.

CAPITULO IV – Actividades Secundárias

Sumário: Indicação sumária das actividades laborais secundárias realizadas durante o período de estágio.

IV.1 – Descrição das Actividades Secundárias

No início do estágio no Departamento de Informação Comunicação e Relações Internacionais do IPJ, I.P. foram dadas a conhecer à estagiária as actividades do departamento que vinham a ser desenvolvidas, de forma a esta poder dar continuidade, tanto às actividades em execução, como as que estavam somente planeadas.

Não obstante a elaboração de um acervo de referências sobre a política de juventude europeia e nacional ter sido a incumbência primordial da estagiária, outras tarefas não menos importantes foram completadas.

A experiência de estágio no DICRI foi particularmente marcada pelo seguinte trabalho:

- Apoio logístico e administrativo na preparação da III Cimeira Ibero-Americana de Jovens Líderes ⁶³;
- Representação do IPJ, I.P. no Seminário “*No limiar da entrada em vigor do Tratado de Lisboa: modificações institucionais e políticas na EU*” organizado pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ⁶⁴;
- Elaboração de relatório relacionado com Seminário “*No limiar da entrada em vigor do Tratado de Lisboa: modificações institucionais e políticas na EU*”;

⁶³ III Cumbre Iberoamericana de Jovenes Lideres (19 - 21 Novembro de 2009, Lisboa) - Nesta Cimeira foi analisada a situação dos países ibero-americanos no âmbito económico, político, social e das novas tecnologias, do ponto de vista da juventude.

⁶⁴ O Seminário “No limiar da entrada em vigor do Tratado de Lisboa: modificações institucionais e políticas na EU” (27 de Novembro de 2009, Lisboa) – Neste Seminário foram discutidas as principais mudanças institucionais e de politica externa da União Europeia.

- Listagem de organismos/entidades institucionais relacionadas com o tema da pobreza e exclusão social a pedido da Coordenação Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social (AEC PES) ⁶⁵;
- Análise de propostas de actividades com outras entidades ⁶⁶;
- Elaboração de notícia para o Portal da Juventude sobre os Festivais Internacionais de juventude 2010 (Turquia) ⁶⁷;
- Realização da missão “Cliente Mistério” a fim de averiguar o funcionamento de diversas lojas parceiras do IPJ, I.P. ⁶⁸;
- Organização de Arquivos;
- Criação do Dossiê: Actividades no quadro da União Europeia;
- Aprendizagem da elaboração de Informações;
- Funções de secretariado (fotocopias; contactos telefónicos; e-mails);

Face ao exposto, mais que uma análise, planeamento e determinação da estratégia adequada a utilizar no DICRI, a actividade desenvolvida pela estagiária centrou-se numa actuação não planeada, mas dirigida à obtenção de resultados visíveis.

⁶⁵ Pedido de Listagem realizado a 21 de Dezembro de 2009.

⁶⁶ Análise de propostas de actividades com Jogos e Cultura Digital 2010 (22 de Dezembro de 2009)

⁶⁷ Notícia escrita a 29 de Janeiro de 2010.

⁶⁸ Missão Cliente Mistério realizada a 3 de Fevereiro de 2010.

Recomendações

Após a conclusão do período de estágio surgem algumas recomendações que do ponto de vista da estagiária, conhecendo por dentro o Departamento de Informação Comunicação e Relações Internacionais, poderão ser importantes. A saber:

- Criação de um programa interactivo de informação sistematizada no âmbito da Política Juventude Europeia e Nacional, de forma a tornar a pesquisa de tais temas numa experiencia dinâmica e apelativa aos jovens;
- Desenvolvimento de uma Secção Multimédia inserida no *banner* das Relações Internacionais do portal do IPJ, IP. recorrendo ao uso de vídeos, fotografias e artigos de imprensa relacionados com a temática da Política de Juventude Europeia e Nacional;
- Criação de um Fórum de discussão destinado à promoção de debates através de mensagens publicadas no portal do IPJ, IP. abordando o tema da Política de Juventude Europeia e Nacional;
- Aposta numa maior divulgação de vários links relacionados com as políticas e programas europeus e nacionais para a juventude.

Ex: Referência a diversos *links*:

Europa – Página do Portal da União Europeia específica sobre a Juventude
http://europa.eu/pol/educ/index_pt.htm

Direcção Geral da Educação e Cultura da Comissão Europeia (parte específica da Juventude)
http://ec.europa.eu/youth/index_en.htm

Europa – Síntese da legislação da UE - Educação, formação e Juventude
http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/youth/c11182_pt.htm

Na opinião da estagiária tais recomendações são pertinentes, contudo sabe-se de antemão que algumas são de difícil realização. Mesmo assim, a estagiária propõe que estas fiquem registadas, para que se possa avançar com o máximo de recomendações assim que se torne possível, melhorando ainda mais a imagem e comunicação do IPJ, I.P.

Condicionantes Favoráveis e Desfavoráveis

Todos os processos de investigação e formação contam com a presença irrefutável de variáveis que condicionam a obtenção de resultados.

A estagiária deparou-se com determinadas limitações e condicionantes durante o processo de consolidação dos objectivos propostos a alcançar. A saber:

Condicionantes Favoráveis:

- ❖ O acesso ilimitado a todas as bases de carácter bibliográfico (inclusive a intranet) indispensáveis ao levantamento de toda a documentação referente à política de juventude europeia e nacional;
- ❖ O acesso ilimitado às reservas bibliográficas (arquivos) com o fim supracitado;
- ❖ A disponibilização, sem quaisquer restrições, de meios informáticos e telefónicos existentes no Departamento de Informação, Comunicação, e Relações Internacionais;
- ❖ A disponibilização dos principais contactos de funcionários do Instituto Português da Juventude;

Condicionantes Desfavoráveis:

- ❖ Necessidade de recorrer inúmeras vezes ao serviço de Suporte Técnico do IPJ, I.P. para resoluções pontuais de problemas e optimização dos recursos informáticos;
- ❖ Escassez de informação sobre evolução da Política Nacional de Juventude em Português;
- ❖ Estágio de prática limitada, uma vez que o objectivo do estágio visava reunir conhecimentos teóricos;
- ❖ Diversos constrangimentos na resolução dos aspectos burocráticos relacionados com o protocolo de estágio entre a FCSH e o IPJ, I.P.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas os governos têm evidenciado a sua preocupação para com a definição de Política de Juventude e medidas sectoriais no campo da Educação, Saúde, Formação Profissional, entre outras.

É cada vez mais notória a consciência colectiva de que os jovens devem chegar à vida activa, não estando apenas preparados profissionalmente, mas munidos de uma bagagem de conhecimentos e apetências, que lhes permita um mínimo de autonomia, de participação social e de capacidade de agir num ambiente em acelerada mutação, que os rodeia.

A promoção da integração social e económica dos jovens é a melhor resposta a uma sociedade competitiva, onde os jovens necessitam de medidas de discriminação positiva que lhes permitam aceder ao mundo do trabalho e aí demonstrar as suas capacidades.

A política de juventude promove a multiculturalidade, a mobilidade e o voluntariado como instrumentos privilegiados na formação dos jovens, acreditando que é através da promoção dos valores de liberdade, solidariedade e cidadania que melhor se promove uma sociedade democrática.

O contributo social dos jovens tem sido extremamente importante em áreas tão distintas como a modernização do tecido empresarial ou a participação associativa. Por esse mesmo motivo, tal contributo deve ser valorizado, não olhando para os jovens como um problema, mas valorizando-os como um recurso social de grande valor.

Face ao exposto, a realização de um estágio curricular no final de um curso, assim como a apresentação do respectivo relatório afigura-se como uma barreira a transpor entre a faculdade e o mercado de trabalho.

Visto sob uma perspectiva prática, este estágio além de uma experiência agradável foi igualmente bastante profícua, pois permitiu um enriquecimento das matérias leccionadas ao longo do Curso de Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, bem como um contacto com a realidade da vida activa.

No decorrer do estágio a estagiária teve a oportunidade de lidar tanto com uma componente teórica, como uma componente prática. Embora a primeira tenha prevalecido sob a segunda, ambas contribuíram para a elaboração do documento “Juventude: Contextos e Intervenções” que apresenta, em sentido lato, uma abordagem à política de juventude europeia e nacional.

Espera-se que tal documento seja um contributo significativo para o Instituto Português da Juventude, que o poderá usar como manual de acolhimento a novos funcionários, ou meramente como documento de consulta esporádica.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira – *Portugal: os próximos 20 anos – valores e representações sociais*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 1990

AMBRÓSIO, Teresa - *Resultados e avaliação crítica de um projecto* – Revista Desenvolvimento, número especial “Os Jovens e Nós”. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa: Maio 1986. pp. (7-14)

DENSTAD, Finn YRJAR - *Youth Policy manual - How to develop a national youth strategy*. Council of Europe Publications. Strasbourg: 2009.

FERREIRA, Pedro Moura – *Colecção Juventude Portuguesa: Situações, Problemas e Aspirações*, n.º 4. Publicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ Instituto Português da Juventude. Lisboa: 1987

GROPPO, Luís António - *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. DIFEL. Rio de Janeiro: 2000

Livro Branco – *Um Novo Impulso à Juventude Europeia*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo: 2001

MIRANDA, Joana - *Representações sociais da União Europeia em jovens portugueses. Homenagens: des(a)fiando discursos*. Universidade Aberta. Lisboa: 2005.

PAIS, José Machado - *Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Editora Celta/SEJ. Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 2. Oeiras: 1999

PAIS, José Machado e **CABRAL**, Manuel Villaverde (coordenadores) - *Jovens Portugueses de Hoje: Resultados do inquérito de 1997*. Editora Celta/SEJ. Colecção Estudos Sobre Juventude, n.º 1. Oeiras: 1998

Presidência do Conselho de Ministros - *Para uma Política Global e integrada de juventude*: Gabinete Ministro-Adjunto e da Juventude. Lisboa: 1990.

Presidência do Conselho de Ministros - *Política de Juventude: Os Anos de Mudança*. Gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude. Lisboa: 1990

RICHTER, Ingo – *European Youth Policy in Multicultural Societies*. Springer Netherlands. Germany: 1998.

VIEIRA, Joaquim - *Mocidade Portuguesa: Homens para um Estado Novo*. Esfera dos Livros. Lisboa: 2008

VIEIRA, Maria Manuel – *Actores Educativos: Escola, Jovens e Media*. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: 2007

FONTES

Decreto-Lei nº 333/93, 29.09.1993 – Instituto Português da Juventude.

[Consultado em: 14.12.09] Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis/1993/09/229A00.PDF>

Decreto-Lei nº 70/96, 04.06.1996 – Instituto Português da Juventude

[Consultado em: 14.12.09] Disponível em:

www.juventude.gov.pt/NR/ronlyres/.../DecretoLein7096de4deJunho4.rtf

Decreto-Lei nº 168/2007, 03.05.2007 – Instituto Português da Juventude

[Consultado em: 14.12.09] Disponível em:

<http://juventude.gov.pt/NR/ronlyres/9136BF94-BA18-4F2C-B6C7-5EB6293664B2/1254/LeiorganicaIPJ.pdf>

Lei nº 7/92, 12.05.1992 – Lei sobre Objecção de Consciência

[Consultado em: 15.12.09] Disponível em:

http://www.juventude.gov.pt/MigratedResources/461000/461080_Lei793.pdf

Portaria nº 662-J/2007 – Estatutos do Instituto Português da Juventude

[Consultado em: 15.12.09] Disponível em:

http://www.juventude.gov.pt/MigratedResources/460000/460892_EstatutosIPJ1.pdf

Portal da Juventude - Instituto Português da Juventude

[Consultado em: 14.12.09] Disponível em:

<http://juventude.gov.pt/IPJ/Paginas/default.aspx>

Portal Parlamento Europeu: Políticas Comuns: Cultura, Educação e Política de Juventude.

[Consultado em: 03.10.09] Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/parliament/expert/displayFtu.do?id=74&ftuId=FTU_4.17.2.html&language=en

Portal da Comissão Europeia: Direcção-Geral da Educação e Cultura - Juventude

[Consultado em: 16.10.09] Disponível em: http://ec.europa.eu/youth/index_en.htm

Portal Parlamento Europeu: Fichas Técnicas – Política de Educação, da Formação Profissional e da Juventude

[Consultado em: 26.10.09] Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_16_0_pt.htm

Portal da União Europeia: Sínteses da Legislação da União Europeia – Juventude

[Consultado em: 28.10.09] Disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/youth/c11182_pt.htm

COM(2004) 649 final: Comunicação da Comissão, 22.10.2004 “Seguimento do Livro Branco intitulado "Um novo impulso à juventude europeia": balanço das acções desenvolvidas no quadro da cooperação europeia em matéria de juventude”, Bruxelas.

[Consultado em: 02.11.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0694:FIN:PT:PDF>

2005/C 292/03: Resolução do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, 24.11.2005 “Cumprimento do Pacto Europeu para a Juventude e promoção de uma cidadania activa”, Bruxelas.

[Consultado em: 02.11.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2005:292:0005:0005:PT:PDF>

COM (2005) 206 final: Comunicação da Comissão, 30.05.2005 “Responder às preocupações dos jovens europeus aplicação do Pacto Europeu para a Juventude e promoção da cidadania activa”, Bruxelas. [Consultado em: 29.10.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0206:FIN:PT:PDF>

Estados-Membros, 22.03.2006 “Implementação do Pacto Europeu para a Juventude”

[Consultado em: 29.10.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:070:0001:0002:PT:PDF>

14426/07: Resolução do Conselho da União Europeia, 27.11.2009 “Novo Quadro de Cooperação Europeia em matéria de Juventude para 2010 – 2018”. Bruxelas.

[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:

http://ec.europa.eu/youth/pdf/doc1648_en.pdf

Decisão nº 1719/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 15.11.2006 “Programa Juventude em Acção para o período de 2007 a 2013”, Estrasburgo.

[Consultado em: 03.11.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:327:0030:0044:PT:PDF>

17079/1/06: Conselho da União Europeia, 29.01.2007 “Programa para 18 meses das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena”, Bruxelas.

[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:

<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000037852/documento/0001/>

COM (2007) 498 final: Comunicação da Comissão, 05.09.2007 “Promover a plena participação dos jovens na educação, no emprego e na sociedade”, Bruxelas.

[Consultado em: 03.11.09] Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0498:FIN:PT:PDF>

14426/07: Conselho da União Europeia, 31.10.2007 “Abordagem transversal da política da juventude para que os jovens possam realizar o seu potencial e participar activamente na sociedade”, Bruxelas.

[Consultado em: 05.11.09] Disponível em:

<http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/07/st14/st14426.pt07.pdf>

Sítio do Conselho da Europa.

[Consultado em: 18.11.09] Disponível em: <http://www.coe.int/>

Sítio da Organização das Nações Unidas (ONU).

[Consultado em: 24.11.09] Disponível em: <http://www.un.org/en/>

Sítio do Centro Europeu do Conhecimento para as políticas de Juventude (EKCYP).

[Consultado em: 19.11.09] Disponível em:

<http://www.youth-partnership.net/youth-partnership/ekcyp/index>

Sítio do Programa “Youth Partnership”. [Consultado em: 19.11.09] Disponível em:

<http://youth-partnership.coe.int/youth-partnership>

Sítio United Nations - The World Programme of Action for Youth (WPAY)

[Consultado em: 30.11.09] Disponível em:

<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>

Sítio Youth and the United Nations – UN Programme on Youth

[Consultado em: 26.11.09] Disponível em:

<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/mandate.htm>

Fórum Europeu de Juventude

[Consultado em: 16.11.09] Disponível em: <http://www.youthforum.org/fr>

Portal Europeu de Juventude

[Consultado em: 16.11.09] Disponível em http://europa.eu/youth/index.cfm?l_id=pt

VIEIRA, José - Blogue “ Animação Sociocultural e Juventude: Os jovens enquanto âmbito de actuação da Animação Sociocultural”

[Consultado em: 22.01.09] Disponível em:

<http://anijovem.blogspot.com/2005/02/sobre-as-politicas-e-interven-es-das.html>

Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça: Bases Jurídico-Documentais – Parecer do Conselho Consultivo da PGR.

[Consultado em: 22.01.10] Disponível em:

<http://www.dgsi.pt/pgpr.nsf/0/26b7cf20e60ed2238025661700423ef6?OpenDocument>

Portal do Parlamento Nacional – Constituição da República Portuguesa

[Consultado em: 07.12.09] Disponível em:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Portal do Conselho Nacional de Juventude

[Consultado em: 18.01.10] Disponível em: <http://www.cnj.pt/index2.htm>

Discurso de Abertura do 10º Encontro Nacional de Juventude, Dezembro 2006

[Consultado em: 18.01.10] Disponível em:

http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:vu0hGFh2yRoJ:www.cnj.pt/10ENJ/Discurso_presidente_cnj_abertura.pdf+A+juventude+din%C3%A2mica+de+hoje+encara+de+forma+respons%C3%A1vel+o+importante+papel+que+desempenha+na+constru%C3%A7%C3%A3o+do+seu+futuro,+e+no+desenvolvimento+de+Portugal+em+converg%C3%A2ncia+com+a+Europa&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESjd-Gjo2rQu7hDDwsS0x4V3aa0dqQ5GG0o19TLN7JoFLe98d7-MI5YNTXEzsvc66K7OMVUcEQZ1R_hkxjhHQB3ALJxip0B4OO9nKtyK1Kd4b7Ds64TommRNZIFnrhKZwcIsaucm&sig=AHIEtbQzKHNFnrA1tKCCzfeyGKEN5QDzw

Mensagem do Presidente da República proferida no 11º Encontro Nacional de Juventude, Maio de 2009 [Consultado em: 18.01.10] Disponível em:

<http://www.11enj.com/pr.pdf>

Documento do CNJ “20 Propostas Jovens para Portugal”, 2009.

[Consultado em: 13.11.09] Disponível em:

http://www.cnj.pt/20_propostas_jovens_para_portugal.pdf

Ensino Magazine Online – Artigo de Ernesto Candeias Martins “Jovens versus Juventude no final do Milénio: Política de juventude”

[Consultado em: 27.01.10] Disponível em: <http://www.ensino.eu/em-artigo01.pdf>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países sobre cujos Acordos de Cooperação Cultural o IPJ teve de se pronunciar	13
Quadro 2 - Características da Europa, por grupos etários.....	35
Quadro 3 - Características atribuídas à Europa, segundo as classes sociais de origem	36
Quadro 4 - Características atribuídas à Europa, segundo os níveis de instrução dos jovens	37
Quadro 5 - Questões relativas à Europa e Integração Europeia	38/39
Quadro 6 - Euro-optimismo e eurocepticismo entre jovens europeus	41

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Questões relativas à Europa e Integração Europeia – “a integração europeia contribuirá para solucionar a crise económica e social dos países da Europa”	40
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Imagem da União Europeia por grupos sociais em Portugal (percentagem dos inquiridos que consideram que a imagem da UE é “muito positiva” ou “positiva”)	43
Gráfico 2 – Atitudes face à integração em Portugal 2006 – 2009 (percentagem de inquiridos que consideram que fazer parte da UE é “uma coisa boa” e que ser membro da União Europeia “beneficiou o país”	43
Gráfico 3 – A partilha de uma identidade europeia (percentagem de inquiridos que concorda com a frase “o que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que os separa”).....	44
Gráfico 4 – Identidade europeia por grupos sociais em Portugal (percentagem de inquiridos que concorda com a frase “o que aproxima os cidadãos de diferentes países da União Europeia é mais importante do que os separa”).....	45